

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 10/2015

Da reunião ordinária pública realizada no dia 12 de junho de 2015, iniciada às 09:15 horas e concluída às 18:00 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	12
Agenda	12
Aprovação de Actas	12
Balancete	12
Despacho	13
DAG	14
DOP	68
DL	71
DGU	72
DEASS	73
DCJD	76
Intervenção do Público	77
Aprovação em minuta	78
Votação das deliberações	78
Encerramento	78
Montante Global dos Encargos	78

ABERTURA

ATA Nº 10/2015

Aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, no Auditório Municipal, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes e o Senhor Vereador José Joaquim Pinto de Almeida.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Nelson António Mendes da Silva, tendo a falta sido justificada.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a reunião, cumprimentando todos os presentes e de seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador Pedro Farromba saudou todos os presentes, dizendo que, por motivos profissionais tem estado ausente, mas que quando chegou e após consultar os Jornais locais “constato que a situação não nos deve deixar a todos contentes, nem perto disso! Quem chega à nossa região e lê os jornais, acha que estamos a viver um período eleitoral e na verdade não estamos.”

“O PS na concelhia critica o PS da Câmara e demitem-se militantes; o PSD critica o PS, embora coligados na Câmara, são arqui-inimigos no dia-a-dia! O Presidente da concelhia do PSD critica o Vice-Presidente da Câmara e este critica o Presidente do PSD, que por sua vez apoia o Vereador do PSD, que está coligado com o PS na Câmara. Fácil de perceber!”

O Vereador eleito pela CDU e o Vice-Presidente da Câmara, ambos ex-Presidentes de Junta, envolvem-se numa disputa canossiana sob a influência que cada um deles exerce ou exerceu na gestão das suas anteriores Freguesias.

O Vereador Independente dos independentes critica a Câmara do PS, que por sua vez critica o Vereador Independente dos independentes, que da sua parte deu cobertura à aprovação da maior delegação de competências que um Presidente de Câmara teve na Covilhã nos últimos anos.

Este mesmo Vereador critica também a decisão do Presidente sobre a Parq C, mas que por sua vez, no processo da família do Presidente da Assembleia Municipal, votou ao lado do PS, que teve, por parte do MAC, uma impugnação da decisão.”

“Realmente isto é confuso para quem lê e para quem sente estas coisas. Depois lemos nos mesmos jornais que em Castelo Branco foi criado um *Call Center* que procura colaboradores, que aliás está em risco, por não conseguir colaboradores; a Guarda anuncia 10 empresas e 82 postos de trabalho, num investimento de 3,2 milhões de euros; o Fundão cria o Centro de Biotecnologia e Plantas da Beira Interior – Polo Regional da Cova da Beira do Centro de Competências Operativo e Tecnológico, Hortofrutícola Nacional e a recuperação de um convento para a criação de um hotel; em Viseu, um grupo empresarial investe 15 milhões de euros para criar 50 postos de trabalho e eu pergunto:

- Destas notícias todas o que é que estará mal? Estarão mal as notícias do concelho da Covilhã ou as dos outros concelhos?

Está claro que ao fim destes dois anos, ainda não se conseguiu definir ou implementar uma estratégia de criação e de atração de emprego. Em relação ao passado, não mudou muita coisa, porque a cidade é a mesma, as pessoas são as mesmas, a Universidade é a mesma e as dinâmicas deveriam ser as mesmas.

Eu não sou, nem nunca fui partidário do “Quanto pior melhor!”, porque quando se trata do futuro da Covilhã e dos covilhanenses que é isso que está em risco, acho que todos devemos trabalhar, independentemente de estarmos ou não no Órgão Executivo, para que este futuro coletivo seja mais promissor do que é hoje.

O que venho propor hoje é um “Pacto de Regime para o Emprego”. Passaram dois anos desde as eleições e já enterramos algumas mágoas que tínhamos, as reuniões de Câmara já são vividas com outra normalidade, do que eram no início e deixando de lado as partidarites e as politiquices, aquilo que venho propor é que seja feito um Pacto de Regime entre os membros deste Órgão Municipal, na concertação de uma estratégia municipal que tenha como objetivo

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

a criação e atração de emprego, que una o Órgão Executivo e os Órgãos Municipais, com os principais atores da região num só sentido: o da criação de emprego.

Da minha parte, disponibilizo-me para o que for necessário, para que este objetivo seja cumprido, porque o que se trata, basicamente e unicamente, é apenas do futuro da nossa cidade. Não podemos andar mais com pequenas lutas, quando a nossa grande luta tem que ser no campo da atração de emprego, da fixação de pessoas e daquilo que deverá ser a contribuição de todos nós, para um mais promissor futuro da nossa cidade.

Deixo o assunto à consideração do órgão e gostava que este objetivo fosse tido em conta.”

O Senhor Vereador José Pinto cumprimentou os presentes e relembrou que a CDU “andou pela habitação social do concelho, inclusive fizemos propostas muito concretas para que se passasse a olhar para a habitação social de forma diferente. Já foram aqui tratados assuntos idênticos ao que foi trazido pela D. Ana Margarida Gomes, por forma a dinamizar a criação de condomínios, onde não existem ou onde houvesse conflitos, não falando na degradação que as mesmas habitações sofrem.

A CDU tem estado atenta e inclusive propusemos a atualização dos critérios para a atribuição de habitação social e a criação de um Regulamento para o efeito, tal como o Regulamento do Associativismo, que ainda não veio para apreciação do Órgão.

Sobre a Freguesia do Ourondo e quanto ao papel desenvolvido pela CDU, dizer que essa é nossa obrigação e que sempre nos debatemos contra a agregação de Freguesias. O Senhor Presidente já manifestou vontade de reverter todo este processo, mas o PS nacional ainda não disse bem isso.”

De seguida apresentou alguns assuntos que preocupam a CDU:

- O desprezo que o atual Governo fez em relação à cultura. Do pouco que se atribui à cultura, a nível nacional e local, as Associações, em particular as do interior, são as mais desprezadas, tendo sugerido que o executivo venha a aprovar uma posição de repúdio junto da DGA; lamentou as declarações do Senhor Ministro da Economia sobre a luta dos trabalhadores das Minas da Panasqueira, bem como, sobre o facto das portagens continuarem a existir;

- Manifestou solidariedade em relação à luta dos trabalhadores dos transportes da Covibus, já que, segundo ele, o vencimento é baixo e a empresa trata os trabalhadores de Vila Real de forma diferente, estes ganham mais do que os trabalhadores da Covilhã. A Câmara deveria intervir nesta situação e mostrar à empresa Covibus que os trabalhadores da Covilhã, não são diferentes;

- Fez referência a um gráfico da Associação Nacional de Municípios Portugueses, “que demonstra a forma como as Autarquias na nossa região tem tratado os seus municípios. De 2007 a 2014, o IMI aumentou 78,1%; que o Imposto Único de Circulação aumentou 78,6%, baixou a derrama em 12%, mas não aumentaram os postos de trabalho; falamos do que se passa a nível nacional, mas depois comportamo-nos de igual forma, tratando mal os nossos municípios!”

Referiu que “os jornais nem sempre conseguem transmitir aquilo que se passa em concreto nas reuniões da Autarquia e dizer que eu nunca revindiquei o que quer que seja, em relação à Freguesia da Boidobra, sempre me pautei por um distanciamento claro, em relação à Freguesia.

Sobre isto, questiono o Senhor Vice-Presidente se é hoje que vai dizer quando e onde é que o João Simão se encontrou com o Senhor e lhe relatou o que o Senhor afirmou. É hoje?

Sou uma pessoa de princípios, frontal e verdadeira, não sou mentiroso. Não minto com todos os dentes que tenho na boca, ao contrário o que o anterior presidente da Junta da Boidobra referiu à cerca da sua pessoa! E sobre este assunto, tenho aqui um e-mail”, que passou a ler:

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

“E-mail de João Francisco Bernardo Simão, 20/05/2015

Para: José Pinto Almeida

Boa tarde,

Nunca em momento algum, mantive uma conversa com o Vereador mencionado, aliás após a minha renúncia ao cargo nunca falei com qualquer Vereador ou Presidente da Câmara.

Embora já tenha entrado no edifício desta, nunca ultrapassei a receção. Se o referido Vereador diz que houve uma conversa entre mim e ele, está a mentir com todos os dentes que tem na boca ou então que diga data, hora e local onde se deu a referida conversa.

Quero referir que a única vez que vi tal pessoa, após a minha renúncia, foi no “Ataque ao Pâmpano”, estando ele acompanhado com o Marco Gabriel a jantar nas instalações que os pais dos escuteiros estavam a explorar (Casa da Aldegundes), não entrei, não cumprimentei nenhum deles.

Único assunto tratado entre mim e a Câmara, foi o pedido de autorização para a colocação de uma coroa de flores no monumento ao Soldado Desconhecido, no dia 11 de abril, dia do 13.º encontro dos “Comandos das Beiras”, este pedido foi efetuado através de e-mail para o Vereador Jorge Torrão, o qual foi respondido afirmativamente pela secretária Paula Torrão, e-mails que até hoje, tenho em minha posse.

Tudo o que for dito para além disto é pura mentira, as razões que me levaram à renúncia nunca as revelei a ninguém, algumas por motivos familiares, outras por motivos de saúde, se não tivesse pedido a renúncia naquela data já o teria feito posteriormente.

Com os melhores cumprimentos.

João Simão”

“Isto confirma aquilo que eu sempre disse nesta Câmara, e ao contrário de outros que tiveram um péssimo procedimento no que diz respeito àquilo que se passou na Boidobra. Enquanto estive eleito, tudo fiz, apesar de muitos boicotes, pelas diferentes Câmaras, tudo fiz por aquela Freguesia. Hoje, sou apenas e só um eleitor daquela Freguesia. Quando aqui falo, falo muito mais vezes em relação a todo o concelho, do que forma específica, em relação à Freguesia da Boidobra, que me orgulho de ter trabalhado em prol da comunidade.

Senhor Vice-Presidente, Carlos Martins, estas são as verdades. E com isto, Senhor Presidente, não me volto a referir, por mais ofensas que me faça o Senhor Vice-Presidente, não me vou voltar a referir a esta questão.

Penso que já chegou a altura de cada um assumir as suas responsabilidades e cumprir os seus deveres, porque aqueles que estão a tempo inteiro, é isso que fundamentalmente devem fazer e não andarem a fazer provocações como me fizeram. A política não é assim Senhor Vereador Carlos Martins, na política não vale tudo. A política é trabalhar em prol daqueles que nos elegeram.”

O Senhor Vice-Presidente, Carlos Martins, cumprimentou os presentes e afirmou que iria iniciar a sua intervenção em defesa da sua honra:

“Não me chame mentiroso. Não me chame mentiroso Senhor Vereador José Pinto.

Estão bem lembrados e têm aí as atas, onde está o início desta zanga do Senhor Vereador José Pinto, quando ele deu o “pontapé de saída à bola”, mas que foi para fora de jogo. Quando eu remato é para golo! O Senhor Vereador José Pinto veio aqui a uma reunião pública a criticar o bom trabalho que a União de Freguesia da Covilhã e Canhoso tem feito.

Quando o Senhor Vereador José Pinto quis entrar nesse jogo, que para mim já acabou, eu lancei-lhe o desafio para que o Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra apresentasse um

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

relatório do trabalho desenvolvido, tal como eu solicitei ao Presidente da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso um relatório das atividades executadas até ao presente momento.

Não admito que me chame mentiroso nem mal-educado. Sou educado e com o devido respeito a todos, não é preciso ter uma formação académica, para ser educado! Não quero criar polémica, mas quem foi mal-educado foi o Senhor Vereador José Pinto, quando me viu junto ao Hotel Turismo, cumprimentei-o e o Senhor virou-me a cara! Lamentável para quem foi professor.

Eu conhecia mal o Senhor Vereador José Pinto. Ao longo da vida temos desilusões, já tive algumas de pessoas próximas de mim. Fiquei triste, perdi amigos e perdi outras coisas. Mas na vida tenho feito alguns amigos, mesmo recentemente; amigos no futebol, no PSD, do CDS, do Bloco de Esquerda e de movimentos independentes.

Teve azar, o Senhor Vereador José Pinto, que no dia das comemorações dos 22 anos da Vila da Boidobra, fui eu que representei o Município da Covilhã. Quem é que começou a politizar a cerimónia, quem fez a primeira intervenção? Queria que eu falasse na CDU, na foice e no martelo e naqueles que não sendo militantes do Partido Comunista, são mais sectários do que alguns Comunistas? Não, não podia fazê-lo. Se falei durante 55 minutos é porque tinha muita matéria para falar, mas se o Senhor Vereador acha que o ofendi, fale com um advogado e coloque-me um processo em Tribunal, porque os funcionários judiciais precisam de receber o ordenado ao final do mês. É evidente que a nossa justiça é lenta, há muitos processos pendentes, muitos deles nem deveriam ir a Tribunal, mas, conversas pessoais que tive consigo, foram em prol da Covilhã.

Sobre a habitação social, dizer olhos nos olhos, neste local, que as rendas que os senhores pagam, infelizmente, não entram diretamente nos cofres da Câmara, e não querendo falar no passado, a verdade é que as rendas da habitação social foram “vendidas” à banca e nada foi feito para a recuperação das mesmas.

Nós, neste momento já temos os processos concluídos, para recuperar o património municipal, nomeadamente a habitação social, mas estou convencido que até ao final do ano poderemos começar a recuperação de um ou dois imóveis, na Freguesia da Boidobra.

Sobre a greve dos trabalhadores da Covibus, eu sou de esquerda e defendo os trabalhadores, mas também defendo os empresários, pois sem empresários, não há trabalhadores e sem trabalhadores não há empresários, portanto é bom que, de uma vez por todas, alguns trabalhadores, alguns empresários e alguns dirigentes sindicais pensarem nos trabalhadores e não pensarem nas estatísticas. Eu falei com o responsável da empresa e com o dirigente sindical para chegarem a um acordo, porque nós temos essa responsabilidade; é uma empresa privada e que presta serviço ao Município. É necessário haver cedências de ambas as partes. É verdade que os motoristas de Vila Real ganham mais do que os motoristas da Covilhã e eles não são mais do que os da Covilhã e vice-versa. Eu, tudo farei para que haja consenso, mas é preciso cedências. Também estou preocupado com os trabalhadores que têm Contratos a Termo.”

Referiu ainda, dirigindo-se ao Senhor Vereador Pedro Farromba, que “muito se diz na praça pública, mas se o que se diz se vier a verificar, eu serei sua testemunha abonatória, conte comigo para estar ao seu lado.”

De seguida apresentou:

- Voto de Pesar pelo falecimento do funcionário da ADC, Vítor Manuel Salcedas Carrilho;
- Voto de Louvor à equipa do Sporting da Covilhã (incluindo toda a equipa, dirigentes, roupeiros, etc);
- Voto de Louvor à Márcia Poeta que é a líder da Claque dos Leões da Serra;

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

- Voto de Louvor ao Senhor Sargento da GNR Carlos Alberto Pereira Fernandes, que desde 2003 está na Covilhã, onde tem feito um trabalho magnífico;
- Em relação ao Sporting da Covilhã disse que se deslocou ao Estádio Santos Pinto, com o Senhor Vereador do Desporto, a Senhora Chefe de Divisão da Cultura e do Desporto e o Senhor Eng. Jorge Vieira e com o Senhor Presidente da Direção do Clube, Sr. José Mendes, onde acertaram algumas obras necessárias; que foi esta Câmara a elaborar o projeto do Estádio Santos Pinto e que as obras que iriam ser feitas e suportadas pela Câmara Municipal da Covilhã;
- Sobre a Reefod deu os parabéns a este novo projeto da Covilhã, em especial à Senhora Dr.^a Marta Alçada e a todos os voluntários; é um projeto importantíssimo que todos deviam apoiar e face ao pedido de apoio para a aquisição de uma viatura, solicitou que o Senhor Eng.^o Jorge Vieira trata-se de saber que tipo de viatura era necessário, a fim de apoiarem a instituição;
- A Rampa da Serra da Estrela foi uma belíssima iniciativa e louvou a participação de todos, designadamente o piloto João Fonseca, vendedor da prova, mas também o Bruno Mineiro e o Pedro Saraiva, todos da cidade da Covilhã;
- Informou que Já foi apresentada a Agenda Cultural da Câmara Municipal da Covilhã;
- Desejou boa viagem e tenham grande sucesso os alunos do Programa Erasmus;
- Informou que o Dia Mundial do Ambiente foi comemorado na Freguesia das Cortes do Meio, através dos Baldios das Cortes, com o apoio do Município da Covilhã;
- Felicitou a iniciativa das Festas da Sopas da Freguesia do Paul;
- No âmbito do Dia Mundial da Criança, a União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso, com o apoio da Câmara Municipal, fez uma grande festa às crianças;
- Informou da Inauguração, de dois Parques Infantis, localizados no Sete Capotes e no Canhoso;
- Que a Associação Humanitária dos Bombeiros da Covilhã iria comemorar 140 anos, apelando aos covilhanenses que se associem a estas comemorações, porque é uma instituição muito importante da cidade e bem o merece;
- Que o Arsenal de S. Francisco celebrou os seus 101 anos, onde se realizou a inauguração da ampliação da sua sede;
- Que a Banda Filarmónica do Paul fez 200 anos e realizou um concerto no Teatro Municipal;
- Saudou os que estiveram na Gala do Futebol e felicitou os galardoados da cidade da Covilhã;
- Realçou o trabalho feito pelo Senhor Vereador Joaquim Matias e a lealdade que tem tido no executivo, com o pelouro da Proteção Civil e ainda hoje iremos visitar algumas instalações autónomas para instalação do serviço de Proteção Civil, com um espaço próprio, com meios humanos e logísticos, tal como uma viatura própria.

O Senhor Vereador Joaquim Matias cumprimentou os presentes e salientou a intervenção do Senhor Vereador Pedro Farromba “que alerta para a necessidade de um pacto, que deve existir a partir do momento em que nós somos empossados para desempenhar as nossas funções, seja em regime de permanência ou em regime de não permanência; temos dado esse exemplo ao longo deste mandato em prol da Covilhã e dos Covilhanenses.

A verdade é que o concelho da Covilhã não diminuiu os 555 Km² pelo facto de ter diminuído de nove para sete eleitos, os problemas não deixaram de existir com esta diminuição de eleitos para a Câmara Municipal, os problemas são muitos e, enquanto candidatos, conheciam a verdadeira dimensão dos problemas que iríamos encontrar. Herdámos muitos problemas e em boa hora a Câmara Municipal olhou para um setor muito importante, o setor da Proteção

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

Civil Municipal; já foram elaborados um conjunto muito importante de documentos, mas quero agradecer a disponibilidade para criar as condições físicas, para que a Proteção Civil e a Segurança dos cidadãos do concelho da Covilhã, seja ainda mais eficiente;

- Informar que o Gabinete de Proteção Civil irá enviar ao Executivo um Projeto para a criação de Centro de Formação Municipal para Agentes de Proteção Civil. Esse Centro de Formação é um Centro de Formação Municipal e se posteriormente for aprovado, será o primeiro Centro Municipal do país a ser lançado;

- Referir que no dia 27 de Maio houve na nossa cidade quatro incêndios, três deles coincidentes, e o Gabinete de Proteção Civil deslocou-se ao local para analisar as dificuldades de movimentação de máquinas e equipamentos, para o combate a incêndios. Detetámos problemas gravíssimos que podem acontecer, no caso de incêndio, designadamente na zona do Bairro da Alegria, que circunda a parte das Engenharias da UBI e que é manifestamente difícil a circulação das viaturas de socorro, pelo que solicitava ao Senhor Presidente, que esta informação fosse direcionada para o Departamento de Obras, para poderem analisar e avançar com uma proposta de estacionamento proibidos, nesta zona, para salvaguardar o futuro;

- Solícito ao Senhor Presidente o agendamento de uma proposta, para a próxima reunião de Câmara, elaborada pela Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, que tem a ver com a publicação do Decreto-Lei 165/2014, de 5/11, porque possibilita a regularização de estabelecimentos e explorações existentes, que há data da entrada em vigor, não dispunham de título válido, isto é: há um conjunto de empresas que não estão legais e que este Decreto-Lei vem dar a possibilidade de os legalizar; mas como é de desconhecimento geral, pretendia o agendamento desta matéria para a próxima reunião, para podermos dar conhecimento do Regime Extraordinário da Regularização, Alteração e Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades, para darmos nota às pessoas que têm estes estabelecimentos não legalizados, o possam vir a fazer.

- Subscrever os Votos de Louvor e de Pesar apresentados;

- Sobre a Rampa da Serra da Estrela queria alertar para o seguinte: a Organização para o ano não pode cometer erros que cometeu no presente ano; houve um conjunto de erros que podem ser fatais, não só para os utilizadores, mas também para a nossa Serra, nomeadamente para a mata e para a floresta; não podemos permitir que esta prova se faça sem que o Projeto de Segurança seja totalmente respeitado e cumprido. Farei chegar o Relatório ao Senhor Vereador Jorge Torrão, feito por parte da segurança e dos Bombeiros Voluntários e não podemos permitir-nos que a Organização desmobilize o número de Bombeiros necessários, nos locais necessários, porque poderemos estar a pôr em causa muita coisa. A GNR tinha lá um conjunto enorme de agentes e nós sabemos quanto é que a Organização paga a cada um dos agentes, mas quando os Bombeiros Voluntários apresentam um orçamento, que não é para eles, é para os bombeiros que dão o apoio para o projeto de segurança na Rampa, de diferentes corporações, onde é necessário mobilizar equipamentos variadíssimos, que uma só corporação não tem, tentam condicionar. Em futuros eventos desta natureza não deixaremos lapidar alguns pormenores que eu considero muito importantes.

O Senhor Vereador Jorge Torrão referiu que gostaria de enaltecer alguns aspetos:

“- Em Lisboa, no Centro Nacional de Cultura, no passado dia 3 de junho foi homenageado o escritor covilhanense António Alçada Baptista e pude verificar a forma como a Covilhã foi realçada, os seus valores, através desta figura exemplar, nas artes, nas letras e no que difundiu pelo mundo;

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

- Foi lançada a Agenda Cultural em suporte físico e suporte digital, que irá fazer com que haja uma maior coordenação dos eventos, uma maior divulgação e agirá de forma pedagógica sob o ponto de vista da calendarização;
- Felicitizar a Festa da Cereja, na Freguesia do Ferro, pelo seu êxito;
- No passado dia 6 de junho, no Teatro Municipal da Guarda, teve lugar o X Festival de Música da Beira Interior, organizado pela Scutvias, saudamos a sua realização e a qualidade do evento, onde a Covilhã esteve presente e onde foi apresentada pela primeira vez a obra sinfónica em três andamentos, sobre a obra literária de Ferreira de Castro, “A Lã e a Neve”;
- Falar do Curso para Agentes Culturais, que tem a ver com o passado, mas com uma projeção para o futuro das atividades culturais, em colaboração com a UBI, irão trazer o Professor Paulo Miguéis, Vice-Reitor da Universidade da Baía - Brasil, dirigido ao associativismo, aos agentes da cultura e a todos os interessados;
- A ação formativa que o Unidos Futebol Clube levou a feito no passado sábado, contando com a presença de um técnico do Futebol Clube do Porto e um técnico Campeão da Europa de Sub-18 em Basquetebol, Treinador do Real Madrid; A equipa do Unidos Futebol Clube alcançou o 4.º lugar, ao nível nacional;
- Sobre a habitação social já aqui foi dito que herdámos esse problema e que é uma situação difícil; Estive em Lisboa numa ação de formação sobre o tema e verifiquei que estamos muito aquém em relação ao que está feito noutras zonas do país; tudo o que fizermos, não é demais e já convidámos o Professor João Ferrão, que tem ligações à Covilhã e a este tipo de trabalho, para em outubro ou novembro realizarmos ações de formação onde se definirão estratégias e programas intersectoriais, para que a habitação social tenha outro tipo de ligação com a Câmara Municipal.”

Finalmente usou da palavra o Senhor Presidente que agradeceu as intervenções dos Senhores Vereadores e afirmou:

- “- Subscrever as iniciativas culturais já referidas e felicitar o grande evento realizado na Freguesia de Vales do Rio, “Festivales – Festival do Brulhão”;
- Sobre o Plano de Segurança da Rampa da Serra da Estrela, dizer que após a entrega dos prémios, reunimos com os elementos da organização da prova e com o representante da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, onde analisamos todas as situações, bem como as preocupações salientadas pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, fazendo o balanço da prova e estabelecer as medidas a ser tomadas para o futuro; felicitar os nossos pilotos covilhanenses, tal como o Campeão Nacional, João Fonseca;
- Relativamente à Proteção Civil dizer que é de vital importância e daí as sugestões que dei ao Senhor Vice-Presidente no sentido de proporcionar as melhores condições à proteção civil, porque necessita desta ajuda; vamos encontrar um local para que ali se possa ter um “Gabinete de Crise” para acompanhar as mais diversas situações que venham a ocorrer;
- Quanto ao que mencionou o Senhor Vereador José Pinto, concordo com a questão da cultura, que tem sido “um parente pobre” nos últimos anos, relativamente ao poder central, desinvestindo-se nos últimos três anos, na cultura e na ciência; de salientar o trabalho feito pelo ex-Ministro Mariano Gago que foi um acérrimo defensor da cultura, da ciência, das novas tecnologias e da investigação. Ele pôs Portugal no mapa nessas áreas mas, infelizmente, temos regredido;
- Regredimos também no setor da saúde, nós que tínhamos um dos melhores serviços nacionais de saúde do mundo, estamos em completo retrocesso; os cortes cegos que têm sido feitos na saúde fazem com que nós tenhamos situações diariamente, lamentáveis;

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

- Temos 700 mil desempregados em Portugal e cerca de 2 milhões de Portugueses no limiar da pobreza, isto é motivo para nos levar a pensar, o que é que queremos para o futuro do nosso país, independentemente dos partidos e das pessoas; temos que inverter este estado de coisas;

- Sobre a intervenção do Senhor Vereador Pedro Farromba, agradeço a sua disponibilidade; estamos a trabalhar o melhor que sabemos e podemos e isso passa por termos uma estratégia no que diz respeito à captação de investimentos e de empresas, contrariamente àquilo que mencionou; estamos a trabalhar, com afinco, no domínio da captação de investimentos, na captação de empresas, na criação de emprego e em breve faremos uma apresentação pública de empresas e de investimentos concretos;

- No âmbito de um convite da Comissão Regional do Centro, estive presente em Bruxelas no dia 03 de junho, num workshop sobre o “Desenvolvimento Urbano em Rede”, onde estiveram vários Presidentes de Câmara da região centro, onde foram identificadas políticas muito claras onde poderemos ir captar investimentos com vista à regeneração urbana, ao desenvolvimento das cidades, quer sobre o ponto de vista ambiental, arquitetónico, de mobilidade, etc., daquilo que é o desenvolvimento urbano nos dias de hoje;

- Aproveitámos a ida a Bruxelas para tratarmos de outros assuntos, efetuamos contactos com Deputados do Parlamento Europeu, para nos ajudarem na captação de fundos comunitários, em que a nossa participação seja diminuta, para se fazer aquilo que ainda não foi feito;

- Fomos também a Amesterdão onde reunimos com empresários que tencionam investir no concelho da Covilhã; no âmbito das infraestruturas municipais contactámos e visitámos duas empresas vocacionadas para o equipamento urbano;

- Vamos celebrar um Acordo, na próxima segunda-feira, na sequência da minha recente estadia em Moçambique, no âmbito da Assembleia Geral da União das Capitais de Língua Oficial Portuguesa (UCLA), onde lhes dei nota que tinha encetado contatos frutíferos entre o Governo da Região Autónoma da Ilha do Príncipe bem como, com o Município de Casenga. Estamos em plena cooperação técnica e económica com o Município de Casenga, esperando que em breve nos visitem.

Na segunda-feira iremos ter na Covilhã o Senhor Governador da Região Autónoma do Príncipe, que irá assinar Acordos de Cooperação com a Universidade, com a Associação Empresarial, com a Parkurbis e com o Município da Covilhã irá assinar um Acordo de Geminação;

- Dar conhecimento que o Município da Covilhã tinha intentado uma ação contra o Estado Português a reivindicar a propriedade do Estabelecimento Prisional da Covilhã e do Palácio da Justiça (Tribunal), que todos sabiam que estava condenada ao insucesso e que lhe foi atribuído o valor de 11.576.802,31 €; na página 32 da sentença diz-se o seguinte: “*Em 2002 o Senhor Secretário do Tribunal detetou várias anomalias e contactou quer com a Câmara Municipal quer com a Secretaria do Ministério da Justiça- doc. n.º 1.*”

Resposta do Vereador do Pelouro do Património: “*Referiu que a Câmara Municipal não tinha dinheiro e que a propriedade do imóvel era do Ministério da Justiça.*”

Como é que se vai reivindicar a propriedade de um imóvel se se reconhece que esse edifício é do Ministério da Justiça? O resultado de tudo isto, para além de ter “naufragado” a ação, é que vamos ter de pagar custas, a módica quantia de 124.671,00 €, quando me foi afirmado pelo ex-Presidente da Câmara que iríamos receber cerca de 1 milhão de euros, porque havia um Acordo entre as partes;

- Temos também o pagamento de mais de 1 milhão de euros à Associação de Municípios da Cova da Beira, que a Câmara também perdeu a ação, mais outra que ficou parada no Tribunal Administrativo de Castelo Branco, por interposição desta, que agora recomeçou e que provavelmente terá o mesmo fim;

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

- Estive presente numa simbólica cerimónia em Celorico da Beira, juntamente com o Senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, Senhor Vereador Joaquim Matias e o Senhor Comandante dos Bombeiros, onde a Associação “Os Serranos” de New York, vieram trazer a sua medalha e um cheque a cada uma das Associações Humanitárias, dos Municípios que estiveram presentes, em Março, na celebração do seu 30º aniversário;
- Foram também entregues os equipamentos de proteção individual, numa cerimónia que teve lugar no Sabugal, no âmbito da Comunidade Intermunicipal;
- No próximo dia 21, aquando das celebrações do 140.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, serão batizados os dois limpa-neves que foram adquiridos recentemente, bem como uma ambulância com quatro valências;
- Felicitar pelo facto de a Covilhã, a nível da região centro, ser o 6.º Município mais bem classificado em todos os parâmetros, para que fosse considerada uma cidade e um concelho pujante, com condições para atrair pessoas, para atrair empresas, para viver, mas muito, muito há que fazer. Temos que ter consciência que todos temos de colaborar para este objetivo ser ainda mais forte;
- O Clube do Professor da Covilhã comemorou, em parceria com a Câmara, o Dia Mundial da Criança, onde tivemos um evento muito participado, com muitas crianças, onde se procurou consciencializar os nossos jovens para os valores da solidariedade, de entreatajuda e da fraternidade;
- Terminou ontem, uma importante iniciativa designada “Conhecer o Concelho”, destinada aos alunos do 1.º ciclo, transmitindo aos nossos jovens um sentimento de identidade e de pertença, o orgulho do nosso passado, da nossa história e do nosso concelho, dando-lhes a conhecer os costumes, as tradições, os valores, as instituições, os monumentos do nosso concelho.”

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi proposto a retirada da ordem de trabalhos dos pontos *I. e II.* da alínea k) e retificações do título da alínea j), com inclusão dos Lotes n.º 38, 55, 90, 126 e 135 e do VI. da alínea d), passando a designar-se por Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã, do 5.1 do DAG, a retirada dos pontos I. e II. do 5.1 alínea k), e aditada a alínea b) do ponto 5.6., o que foi aprovado pela Câmara.

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente a Ata n.º 4, de 20/02/2015 – Ordinária, a Ata n.º 5 de 03/03/2015 – Ordinária, a Ata n.º 6, de 20/03/2015 - Ordinária e a Ata n.º 7 de 10/04/2015 - Extraordinária.

A Câmara deliberou aprovar a Ata n.º 4, de 20/02/2015 – Ordinária, a Ata n.º 5 de 03/03/2015 – Ordinária, a Ata n.º 6, de 20/03/2015 – Ordinária, não participando na votação o Senhor Presidente da Câmara, nos termos do previsto no disposto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e a Ata n.º 7 de 10/04/2015 – Extraordinária, não participando na votação o Senhor Vereador Joaquim Matias, nos termos do previsto no disposto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e retirar a Ata n.º 8 de 17/04/2015 e a Ata n.º 9 de 15/05/2015, por não terem sido disponibilizadas a tempo.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.698.346,09 € (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e quarenta e seis euros e nove cêntimos).

. Documentos: 2.591,20 € (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 917.070,45 € (novecentos e dezassete mil, setenta euros e quarenta e cinco cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 781.275,64 € (setecentos e oitenta e um mil, duzentos e setenta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos).

4. DESPACHOS

Presente para ratificação Despacho n.º 23/2015, do Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor e apenso à ata:

“DESPACHO N.º 23/2015

Assunto: Avaliação de Imóveis

I – Considerando a necessidade de racionalizar circuitos com vista a uma maior celeridade dos processos, e obedecendo a determinação legal,

Determino que o **Senhor Engenheiro Joaquim Manuel Louro Carrilho**, Técnico Superior da área de Engenharia Civil, pertencente ao mapa de pessoal da Câmara Municipal da Covilhã, proceda, sempre que necessário e por solicitação dos serviços de património, às **avaliações internas de bens patrimoniais imóveis e móveis** do Município da Covilhã.

II – Com vista à **avaliação de prédios urbanos (2.ª avaliação)**, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis – CIMI, na sequência das reclamações dos valores da 1.ª avaliação efetuada por perito local dos **Serviços de Finanças**, e na sequência da solicitação escrita do Serviço de Finanças da Covilhã,

Designo, ao abrigo das disposições contidas no n.º 2 e n.º 11 do artigo 76.º do CIMI, com a redação dada pelas últimas leis de Orçamento de Estado, como vogal representante da Câmara Municipal da Covilhã, o **Senhor Engenheiro Joaquim Manuel Louro Carrilho**.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Covilhã, 13 de maio de 2015”

A Câmara deliberou ratificar o Despacho n.º 23/2015.

5. DEPARTAMENTOS

5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Assembleia da Republica – Pedido de emissão de Parecer:

I. Projeto de Lei n.º 949/XII (Criação da Freguesia de Ourondo, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco), da iniciativa do Partido Comunista Português

Presente ofício n.º 101/CAOTPL, da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, solicitando parecer da Câmara Municipal da Covilhã sobre o Projeto-lei n.º 949/XII (Criação da Freguesia de Ourondo, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco), da iniciativa do Partido Comunista Português.

O Senhor Vereador Joaquim Matias afirmou que “eu desde a primeira hora que estive contra este processo. Eu estive sempre a favor da manutenção das 31 Freguesias no concelho da Covilhã, é essa a minha postura e todos os projetos, venham do Partido Comunista Português ou de qualquer outra força política, que sejam para repor aquilo que sempre defendi.”

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou que, “para além do que já referi, aquilo que se fez às populações, de facto não tem qualquer tipo de explicação, em termos de resultados. Foi uma falácia, foi uma mentira, tentar iludir as pessoas que com esta reforma político-administrativa que iríamos a algum lado. Não se poupou dinheiro, criaram-se problemas às populações e mais premente, isto acontece quando estamos perante populações como aquelas que estamos hoje aqui a tratar, bastante envelhecidas e que necessitam de forma quase diária da presença destes serviços públicos. O mesmo se poderia dizer em relação às escolas, em relação aos centros de saúde, às finanças, ao tribunal, etc..

Nós somos unânimes no apoio, mas na altura muita gente foi enganada, daí o facto de apenas duas Freguesias se tivessem mobilizado, que estavam na mesma condição, e é bom recordar que não são só estas as Freguesias que foram agregadas no concelho, existem outras mais, mas a população deixou-se iludir por aqueles que foram os primeiros a estarem na frente desta luta.

As populações devem estar atentas, que sejam participativas, que não se deixem enganar, que tentem perceber quais são as consequências desta política de encerramento de tudo o que é interior, porque existe uma população envelhecida, com péssimas acessibilidades. Obrigar pessoas que não têm transportes públicos adequados, que não têm meios próprios para se deslocarem, irem de Casegas a Ourondo e vice-versa, é um crime.

Nós devemos pautar por estar no dia-a-dia, na primeira fila e contra estas iniciativas, estaremos sempre disponíveis para defender estas situações.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba referiu que “todas as nossas intervenções vão no mesmo sentido, e antes de mais, quero felicitar o movimento que foi criado no Ourondo, que realmente foram perseverantes e insistentes, ao longo deste tempo todo e conseguiram manter sempre viva a vontade das populações da “independência”, ou de voltarem áquilo que

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

tinham antes, que era as duas Freguesias em separado. Tudo isso se viu na campanha eleitoral, houve até dificuldade em encontrar candidatos para aquela União de Freguesias.

Esta agregação de Freguesias a nível nacional foi o resultado de uma política do Governo e que na altura, uns mais que outros criticaram de forma menos veemente do que deviam, mas passados estes anos é a prova de que se errou e, penso que ninguém ganhou com esta agregação de Freguesias, tirando eventualmente a agregação das quatro Freguesias da cidade, que me parece ser a mais pacífica.

Saúdo o povo do Ourondo e o Partido Comunista Português pela iniciativa na Assembleia da República.”

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente Carlos Martins que subscreve as intervenções dos Senhores Vereadores.

Finalmente, o Senhor Presidente sublinhou que está esperançado que “até final do mês de Outubro se criem condições no sentido de se rever esta e outras situações, quer do nosso concelho, quer de outras regiões do país, que de facto é de elementar justiça que as pessoas tenham o mínimo de condições para permanecer no território.

Neste caso que é uma zona deprimida, afastada do centro urbano e com uma distância significativa entre as duas localidades e para além do facto, de quer uma, quer outra localidade terem costumes, princípios, sentimentos de pertença, de identidade muito vincada. É uma extrema violência impor-se-lhe a junção e esperemos que criteriosamente seja uma Lei equilibrada.

Este movimento de luta, independentista, merece o nosso apreço, a nossa admiração, pela forma tenaz e insistente com que defende os interesses da sua terra.

A Câmara deliberou emitir parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 949/XII - Criação da Freguesia de Ourondo, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco.

II. Projeto de Lei n.º 950/XII (Criação da Freguesia de Casegas, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco, da iniciativa do Partido Comunista Português

Presente ofício n.º 101/CAOTPL, da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, solicitando parecer da Câmara Municipal da Covilhã sobre o Projeto-lei n.º 950/XII (Criação da Freguesia de Casegas, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco), da iniciativa do Partido Comunista Português; o qual mereceu as mesmas considerações do ponto anterior.

A Câmara deliberou emitir parecer favorável ao Projeto de Lei n.º 950/XII - Criação da Freguesia de Casegas, no Concelho da Covilhã, Distrito de Castelo Branco.

b) Empresas Locais do Grupo Autárquico do Município da Covilhã – Evolução e Situação atual

Foi presente ao Órgão Executivo a evolução e situação atual das Empresas Locais do Grupo do Autárquico do Município da Covilhã.

O Senhor Presidente informou que este ponto foi agendado e vinha no sentido do solicitado pelos Senhores Vereadores. Todos queriam saber mais pormenores e mais informação, e tendo o princípio da boa governança e transparência e numa iniciativa inédita, porque nunca no passado nenhum responsável por qualquer empresa municipal veio a este executivo prestar informações.

Agradeceu aos Senhores Presidentes do Conselho de Administração das Empresas Municipais e Administradores, da ADC, da ICOVI e da Parkurbis, a sua disponibilidade para prestarem as informações solicitadas.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parkurbis, Dr. Jorge Patrão que fez a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Senhores Vereadores, Senhores Técnicos Municipais, Senhores membros da Comunicação Social, caros concidadãos desta terra que todos amamos.

É com gosto e até com certo orgulho que venho aqui prestar as informações, como é minha incumbência e com toda a transparência tentar transmitir-vos aquilo que tem sido a atividade, desde que fui eleito Presidente do Conselho de Administração da Parkurbis, SA..

Gostava de começar por dizer-vos que, o Parkurbis corresponde no fundo a duas instituições: uma é uma Sociedade Anónima, Empresa Municipal, a outra é uma Associação de Incubação, por isso estamos a falar de duas estruturas, de dois edifícios e de duas realidades, que são complementares, mas que, eu acho, em boa hora, também esta Câmara decidiu unificar, em termos de gestão para que houvesse uma simplificação e uma adoção de medidas concretas perante as duas, e já veremos porquê.

Penso que a existência do Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã é algo que tem sido e que deve ser consensual nesta cidade.

Sem sombra de dúvida que houve uma alteração em relação àquilo que se exercia no passado e essa alteração reside, tão só, e mais profundamente numa atividade, não apenas dentro no decorrer dos edifícios, da atividade empresarial, tecnológica, científica que ocorre dentro dos edifícios, através daquelas empresas que aí desenvolvem a sua atividade, mas acho que a grande evolução foi o termos sido permeáveis a posições de empresários fora do Parkurbis, que estão nas zonas empresariais, localizados também na cidade, e que diziam: “Nós também fazemos muita integração tecnológica e devíamos ser considerados numa estratégia comum.”

Por isso acedemos ao pedido do Senhor Presidente da Câmara, para que dessemos uma ajuda, com uma espécie de um gabinete de apoio à implementação económica e à reindustrialização. São dois assuntos que irei focar nesta intervenção.

Em primeiro lugar, gostava de transmitir-vos algo que costumo referir em apresentações que fazemos no Parkurbis ou até noutras cidades, em encontros deste estilo, é que se há cidade que merecia e devia ter um Parque de Ciência e Tecnologia, era a cidade da Covilhã. Nós estamos aqui a falar sobre a régia de uma esfera armilar, que está junto ao brasão.

Esta esfera armilar representa o Portugal como pioneiro da globalização. Mas para a Covilhã, representa mais que isso, porque para a Covilhã é um facto que nunca é relevado e que eu deixava, com alguma solenidade aqui solicitado: “A Covilhã foi talvez a cidade do mundo que

mais contributo deu, há 500 anos, para que Portugal liderasse científica e tecnologicamente esse pioneirismo na globalização.”

Foram covilhanenses que puseram Portugal cem anos à frente do seu tempo, covilhanenses que desenvolveram essa atividade, não na cidade, mas em Lisboa, em Sevilha, mas que colocaram Portugal à frente do seu tempo mais de um século: da França, da Espanha, e não é por acaso que a própria viagem de circum-navegação encetada em 1519 em Espanha, é cientificamente preparada por portugueses e por portugueses que eram da Covilhã.

Daí que eu deixe esta solicitação, esta homenagem nunca foi prestada, não há porventura uma referência a não ser ao Pêro da Covilhã, que era de todos eles, um artífice extremamente importante, que um dia poderemos debater, num outro tipo de sessão, mas que era complementar em relação àqueles que avaliaram a latitude e que permitiram aos navios atravessar o Equador para o hemisfério sul. Agora vem cá o Governo Regional da Ilha do Príncipe e foi aí que em 1487 um covilhanense andou a investigar como adaptar a navegação e o estudo da latitude para os navios que não tinham referência da terra. E esse conhecimento ficou guardado “a sete chaves” no Reino Português. Mais tarde foi a longitude, mais tarde foi a declinação magnética e isto são factos, não são histórias, são factos que relevam e que permitem hoje dizer que tudo aquilo que pudermos fazer, e eu acho esta ideia do pacto para o investimento, para cimentar o carácter tecnológico e científico desta cidade, aproveitando as sinergias de todos, com a Universidade e com outros equipamentos que temos na cidade, não serão demais para que a Covilhã se possa cada vez mais afirmar a esse nível.

Aliás também não é por acaso, que o estudo já hoje aqui comentado da Blum Consulting, e que eu apresento de uma forma diferente do Senhor Presidente da Câmara, porque essa referência é importante em termos regionais, mas em termos nacionais esse estudo considera que apenas três cidades do interior integram as trinta principais cidades portuguesas em termos de atratividade de negócios, em termos de valorização turística, em termos de melhores marcas e dessas trinta cidades, apenas três são do interior: Viseu, Covilhã e Évora e apenas duas se localizam em distritos que confinam com a fronteira espanhola.

Aqui chega-se à questão da interioridade e o Parkurbis é um Parque de Ciência e Tecnologia, que é um dos poucos do país, que está localizado no interior de Portugal. Sem dúvida que é algo que nos deve orgulhar a todos, seja quem tivesse sido o pai da ideia, eu acho que, foi uma boa ideia, tive oportunidade, na altura, de o dizer ao Senhor Dr. Pedro Farromba, continuo a considerar isso, tal como continuo a considerar que todos devemos reunir esforços para agir em apoio a essa situação.

Então qual é a realidade atual do Parkurbis em termos de informações?

Desde o início de 2014 para o momento presente, em maio de 2015, estávamos a falar de 29 empresas que existiam, que empregavam 74 pessoas, em janeiro de 2014. Atualmente estão 30 empresas aí localizadas, com 91 trabalhadores e sendo que, se encontram em negociações mais dez empresas.

Das que saíram ou fecharam, isto é um processo dinâmico, porque quem conhece esta realidade sabe que as taxas de mortalidade e as necessidades de deslocalização por vezes são necessárias, que é o caso do projeto da Waydip, que está em Lisboa, mas que um dia vai querer regressar com a fabricação -isso é um compromisso assumido-, é uma empresa que está em reestruturação. Para quem não conhece estamos a falar daquela empresa que desenvolveu um sistema de aproveitamento energético, mas depois há outras que tiveram que encerrar. Por outro lado, das nove que entraram, seis são de Lisboa, uma é de Coimbra e duas nasceram na Universidade da Beira Interior.

Dos dez projetos que falámos agora, alguns já em fase de assinatura de contrato, falamos essencialmente de projetos desenvolvidos por jovens qualificados covilhanenses, no âmbito dalguns programas que temos em curso e que eu espero que vão resultar, que possam ser não só um apoio à sociedade covilhanense, mas que possam também ser um apoio à iniciativa e às ideias que por vezes acontecem em Freguesias, por jovens também qualificados e que não

encontram esse apoio. É por isso que nós queremos redinamizar algo que já existia, que era um Gabinete de Apoio à Criação de Empresas, que este tipo de projetos desenvolve também, o apoio à criação da própria empresa.

Do ponto de vista financeiro, todos os Parques de Ciência e Tecnologia não têm por objetivo o lucro, e não dão e têm um peso significativo, por vezes, de dezenas de milhões de euros nas contas das respetivas Câmaras Municipais. Esse não é o caso do Parkurbis, mas ainda assim, o que nós temos como realidade é que todos os anos é preciso percebermos que em cada ano é preciso colocar ali 250 mil euros, só para pagamento imobiliário. Estamos a falar de dois empréstimos: o da S.A. que foi assinado em fevereiro de 2011 no valor de 2.132.000 euros, que é uma locação financeira a 25 anos, indexada à Euribor, que representa atualmente um encargo mensal, e baixou ultimamente por causa da indexação à Euribor), para 8.862 euros mensais, e era 9.612 euros.

No edifício da Associação Parkurbis que teve início em outubro de 2010, não tem o mesmo carácter do que referi anteriormente, foi feito um empréstimo no valor de 1 milhão de euros, a 11 anos, com uma característica de referência de necessidades pontuais de tesouraria. E esta, até devido ao spread e à possibilidade que se deu ao banco de unir lateralmente e modificar as taxas referentes ao mesmo, é o que está a significar um peso maior, ao qual é difícil de responder. Responder devido à situação financeira que a Câmara também encontra latente, mas este peso significa 11.243€ por mês. Este é o projeto que temos agora em renegociação, precisamente, nesta altura, em cima da mesa, feito com o BCP em que, na semana passada já houve uma reunião, vieram responsáveis do BCP que se encontram disponíveis para a sua renegociação por forma a aliviar não só o Parkurbis, bem como aliviar também a pressão que o Parkurbis faz sobre a Câmara.

O que deixava para registar fundamentalmente, neste aspeto, é quando os Senhores Vereadores virem nas Ordens de Trabalho questões inerentes ao financiamento do Parkurbis, sempre o que está subjacente, e que fique isto bem claro, é que todos os anos nós precisamos de 250 mil euros para pagar imobiliário e não se pode pedir a um Parque Tecnológico que produza receitas para pagar imobiliário. Aquilo que se nos deve exigir e eu próprio assumo isso, é que se cumpra o objetivo que as receitas correntes cubram as despesas correntes, não mais do que isso, e que se desenvolvam atividades para as quais também pode e deve haver algum apoio, mas para pagar imobiliário que significa um ativo, esse ativo é do Parkurbis mas indiretamente na sua grande maioria é da Câmara Municipal, há que ter e peço-vos apenas que tenham esta consciência.

Em termos de resultados, nós tentámos fazer uma gestão entre a Associação e a Parkurbis SA, para que se eliminassem fundamentalmente as dívidas que iam existindo e que, de alguma forma, também se vinham cimentando em demasia. O que posso dizer é que a estratégia que foi seguida nas duas estruturas, na SA e na Associação, foi eliminar essas dívidas, pagá-las e concentrar tudo apenas num bloco que foi aquele que está subjacente ao empréstimo do BCP.

De resto, as contas da SA, apesar de terem sido negativas, no ano de 2014, as da Associação, foram já positivas, embora pouco, mas o passivo existente, exigível, incluindo o imobiliário está concentrado agora aqui, o que nos descansa em relação a pressões advindas de outros credores. Não há outros credores, no fundo só esta questão da negociação com o BCP, que estrategicamente fizemos deixar, por necessidade objetiva de renegociação.

Há também vários projetos que estão em curso, projetos nacionais ou internacionais, alguns que estão a concluir-se e representam também uma imagem de credibilidade para o Parkurbis, e reparem como a ilação que eu fiz no início, para a questão histórica da Covilhã, que já permitiu o seu acesso à UCLA; A UCLA aceitou a Covilhã como um determinado argumentário, que era este, que no fundo eu referi aqui, por baixo da esfera armilar, porque certamente ninguém aceitaria a entrada da Covilhã, se não lhe visse um papel e um significado nesse pedido de adesão.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

Mas com este tipo de discurso, a imagem e o amor-próprio da Covilhã e dos Covilhanenses, fica majorado, não estamos a inventar nada, nem é a história dos outros. Nós falámos da nossa realidade e falámos da nossa história. Em todos estes programas exigem parceiros nacionais e internacionais, nalguns deles está a Universidade da Beira Interior, mas há outros parceiros internacionais, é algo que admira e, como calculam, que outras cidades europeias não conseguem argumentar a esse nível, ou seja, a nossa história, dos covilhanenses, é muito longa, é secular e estamos a falar precisamente no ano em que faz 600 anos que tudo começou nesta matéria. Este foi o ano, em 1415, foi o ano da conquista de Ceuta, é quando se dá o processo de início do pioneirismo da globalização portuguesa.

Nesses projetos falamos do GROW INTERNATIONAL, do SCIENT, do ACTION II e alguns outros que estamos agora a lançar, por razões também sociais, por razões também de apoio a cidadãos de Freguesias, como o INOVFREGUESIAS, que se destina a pesquisar as Freguesias mais populosas do concelho, boas ideias de negócio, boas ideias que assentem nalgum carácter tecnológico e que nós possamos acolher e vocês já debateram isso numa outra reunião de Câmara a alguns meses.

Um outro, que também já foi presente há Câmara e que penso que até Setembro estará apresentado e que pode representar uma inovação a nível nacional, é um projeto ligado à Cidadania Interativa, que vai incorporar uma intervenção cívica dos cidadãos, um projeto tecnológico desenvolvido pelo Parkurbis, com duas empresas sediada no Parkurbis, um projeto de intervenção cívica e que vai permitir o combate à exclusão social e o apoio aos mais carenciados, segundo um modelo que nós temos em negociação, pela primeira vez em Portugal, sobre o qual não posso adiantar mais nada. Se as negociações se concluírem bem, o Senhor Presidente o apresentará no momento adequado. No dia 18 temos uma reunião com as entidades envolvidas para poder tratar desse assunto.

Um outro projeto importante é o IDEARIA que é feito com a Colabora, com a Câmara Municipal e com a UBI que também tem um carácter, embora diferente, algo ligado a esta matéria.

Sobre o Gabinete de Apoio à criação de empresas que já existia, nós pretendemos agora, redinamiza-lo e criar um serviço próximo da Câmara, agora que há um espaço do cidadão eventualmente, também no Parkurbis para que nós consigamos e possamos dar apoio a jovens empreendedores que querem criar a sua empresa, que nos apresentem o seu negócio e que daí resulte alguma criação económica.

Finalmente, ficando à disposição para qualquer esclarecimento adicional, queria concluir com algo que o Senhor Presidente já focou e que eu também foquei, que era a única alteração em relação ao que se fazia no Parkurbis e ao que se faz hoje. Nós aceitámos o desafio da Câmara para darmos uma ajuda, com uma espécie de um gabinete de apoio ao incentivo ao investimento e fala-se muito, às vezes, na comunicação social, que outros Municípios investem e que nós não investimos, aquilo que posso dizer hoje e não posso mais, por dignidade própria, que deve ser no Município, o Órgão do Município a fazer isso, prefiro e concordo que seja no Salão Nobre, e que é o seguinte: (Os outros Municípios não podem apresentar estes números, que são os números que estão em curso e que estão perspectivados levar em conclusão até ao fim do ano de 2015).

A Covilhã tem na iniciativa privada -não estamos a falar de números públicos, são todos investimentos privados-, em colocação no terreno cerca de 27,2 milhões de euros, 90% relacionados com a reindustrialização do concelho.

Os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente da Câmara testemunharam alguns deles, porque alguns foram tratados aqui, com negociação com a Câmara Municipal, de lotes de terreno, que aliás são escassos, e é preciso do meu ponto de vista começarem a debater como é que se vai fazer para o futuro, se avançar para a terceira fase do Parque do Tortosendo ou para a quarta fase do Canhoso. Estes 27,2 milhões é um número mínimo que pode ser

expandido se houver considerandos de as empresas terem o seu melhor: nova indústria, investimento em tecnologia e equipamento, todo ele conducente à criação de emprego.

Estes projetos, e muitos têm já sido tratados no Centro de Emprego, entidade com quem também nós vamos tratando, mas que os empresários, é que vão fundamentalmente acompanhar e isto representa, uma palavra de confiança num momento em que sabemos não há grandes disponibilidade da banca para apoiar projetos, que não há grande motivação para o investimento. Mas a Covilhã parece que pode andar em contra círculo e, acho que, esse pacto que podem criar aqui na Câmara pode prolongar-se.

O número de postos de trabalho que está já a ser colocado, não é o que vai ser, é o que já se iniciou, são cerca de 30% a 35%, que já estão a trabalhar. Estamos a falar de 294 trabalhadores e que poderá ir até 397 trabalhadores, entre o que tem sido feito numa fase de 2014 e durante o ano de 2015.

São 17 projetos empresariais, basicamente industriais, dos quais 43% se referem a uma indústria clássica, que me recuso, como covilhanense a abandonar, que fazem parte da nossa identidade; estes 27,2 milhões de euros estão a ser aplicados em lanifícios; 6,6% em indústria de vestuário de nova geração e de grande incorporação tecnológica; (isto acontece num ano em que os lanifícios batem um recorde de exportação a partir de Portugal: 300 milhões de euros de exportações em lanifícios, dados fornecidos pela Anil, numa indústria que não está a ser considerada pelo Governo como estratégica); indústrias de precisão com 7,4%; plásticos com 7,4%; agro-indústria e metalomecânica, entre outras atividades.

Penso que estes números e a expectativa que temos, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente têm acompanhado mais este assunto, mas não queria deixar de agradecer toda a colaboração que temos tido, não só no Parkurbis, mas também como dos Serviços de Planeamento, Urbanismos, Património e Jurídico, em relação a esta matéria. Porque tudo isto significa juntar sinergias e a Câmara tem poucos recursos, tem que os aproveitar da melhor forma. Queixas a fazer de falta de colaboração nesta matéria não tenho nenhuma. Têm sido inexcedíveis, todos estes serviços.

O Parkurbis faz parte de duas redes nacionais: uma de Parques Tecnológicos, que é a TECPARQUES e outra de incubadoras da região centro que é a RIERC.

Com este tipo de mensagem nós damos uma palavra de confiança no futuro, nós poderemos vir, durante 2015, talvez a ter o espaço utilizado pelos dois edifícios do Parkurbis, com cerca de 85% de empresas, e penso que se continuarmos com esta expectativa também não é despiciente dizer que a Covilhã se continuará a afirmar como um dos 30 melhores Municípios do país para atrair negócio, para viver, para visitar.

Podermos dizer que somos a referência do interior do país é deveras importante, para que nós possamos dar importância a este fator. Nesses índices, um dos fatores de referência é o índice de dormidas por habitante; atingiu em 2013, 240 mil dormidas.

Isto é o que se deve repercutir estrategicamente em outras áreas de negócio, porque aquilo que foi trabalhado na Covilhã, e a região toda ela cresceu, mas há uma estagnação em algumas das cidades, o que não aconteceu com a Covilhã. Dessa avaliação, deixo aqui o meu apelo, para que a Câmara possa aprofundar os contatos com a Blum Consulting, por forma a perceber-se estrategicamente quais são os medidores que podem ser melhorados, para que possamos subir ainda mais na tabela.

Agradeço a disponibilidade e agradeço que este deve ser um assunto consensual, a aposta no Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, ainda mais agora, que vimos abrir o UBI Medical, que somos visitados, cada vez mais, por empresas de Lisboa; se conseguirmos concertar-nos para agir em consonância e em esforço comum, acho que os resultados irão certamente aparecer.”

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

O Senhor Presidente agradeceu a sua intervenção e a informação muito relevante que apresentou.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou a palavra referindo “que é extremamente importante que os eleitos na Câmara possam ter essas informações.

Propunha ao Órgão a possibilidade de implementar a seguinte metodologia: O Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parkurbis já nos deu nota importante daquilo que é a Parkurbis, neste momento, fiquei com a ideia muito importante de se ampliar as duas zonas industriais, mas tenho outras questões para colocar e por isso sugeria que pudéssemos ouvir os outros Presidentes do Conselho de Administração da ADC e da ICOVI e que, depois, pudéssemos formular por escrito, alguns esclarecimentos que entendamos, porque aqui não teremos na nossa posse a informação tão pormenorizada como a desejamos. Por outro lado, penso que os Senhores Administradores estão disponíveis para que os eleitos da Câmara Municipal se desloquem às empresas municipais, sempre que assim o entendam, para tirar algumas dúvidas, perceber algumas questões/sugestões, e teremos informação mais detalhada, mais pormenorizada e mais atualizada.”

O Senhor Presidente agradeceu a proposta apresentada, que achou bastante pragmática, se por um lado os eleitos podem reunir com os Senhores Administradores e recolherem a informação de que necessitam, também poderão colocar as questões por escrito e depois serem respondidas também por escrito, achando melhor do que se realizar um debate.

O Senhor Vereador Pedro Farromba interveio para referir que “andamos há 16 meses a pedir que os Senhores Administradores venham a uma reunião de Câmara, para serem esclarecidos, não lhes vamos agora perguntar coisas por escrito. Aproveitamos a sua presença para falarmos com eles.”

O Senhor Presidente afirmou que “é a primeira vez que os Administradoras das Empresas Municipais vêm à Câmara dar informação relevante sobre as atividades que desenvolvem nas respetivas administrações; vêm aqui de forma clara, objetiva, com a concisão possível, mas nós temos limitações de tempo e os Senhores Vereadores só têm a ganhar se a resposta vos for dada por escrito e, neste contexto, vou submeter à votação a Proposta apresentada.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba insistiu que “andamos desde o início do mandato a solicitar que os Senhores Administradores viessem aqui, justamente para que houvesse um debate de ideias e confrontos daquilo que são as posições que cada um deverá ter, em relação a cada uma das empresas. Se isso era para ser feito por escrito, não era necessário colocar este assunto na Ordem de Trabalhos da reunião de Câmara e não seria necessário incomodar os Senhores Administradores, para aqui estarem presentes a prestar esclarecimentos.”

O Senhor Presidente respondeu que “para não pensar que existe “a Lei da rolha”, vamos ouvir os restantes Administradores e no final colocam as questões que entenderem.”

Deu de seguida a palavra ao Senhor Dr. Carlos Mineiro, Administrador da ICOVI, que fez a seguinte intervenção:

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, colegas Administradores, colaboradores do Município, Senhores jornalistas, público em geral.

É com todo o gosto que a ICOVI, representada aqui por mim, com autorização do Senhor Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Câmara, me delegou para aqui explicar a situação em que se estava e em que se encontra a ICOVI.

Decidimos fazer esta explicação em duas fases:

Numa primeira fase o diagnóstico em que a empresa se encontrava relativamente à sua atividade; e

Numa segunda fase, explicar o que neste momento se está a fazer, reportando para as contas e todas as questões que, posteriormente queiram colocar;

Esta Administração quando tomou posse no dia 01 de abril de 2014, a ICOVI exercia a sua atividade em dois pilares: o projeto da Barragem e o projeto da Covilhã Solar.

O Projeto da Barragem estava, apesar de já ter havido com Administração anterior, a reprogramação dos fundos, imposta pelo POVT, face à exigência pelo Ministério do Ambiente de um estudo onde tinha que ser inserido o estudo da fauna e da flora respeitante ao local onde estava prevista a construção da Barragem, estudo esse que, vai custar ao Município da Covilhã 23 mil euros, porque houve uma situação de conflito com o proprietário e conduziu a este caminho.

O Projeto da Barragem estava estagnado, apesar de haver a reprogramação dos fundos, nós pegámos novamente no projeto e levamos o projeto a bom porto. Em quatro meses, nós conseguimos lançar o concurso, entregar a obra e pôr a sua execução no terreno, que está a decorrer.

No que diz respeito à Covilhã Solar, são 71 unidades de microgeração, grande parte delas estavam em mau estado de conservação, manutenção, com fracos índices de produção. Fiz questão de saber como foram feitos os concursos para estas centrais de microgeração, como é que tinha sido feita a aquisição, dado que se tratava de um investimento de aproximadamente 1 milhão de euros. As centrais que estão a dar problemas, quer nas próprias unidades, como nos edifícios onde estão instaladas, cujos custos estão a ser reportados para a ICOVI.

Fiquei surpreendido como é que se entregam dois concursos a uma empresa que se chama “EntreSerras”, que é do setor imobiliário, mas que ganhou este concurso para a implantação e aquisição destas centrais de microgeração.

As únicas centrais que não estão a dar problemas, são aquelas que foram feitas por concurso internacional, a empresa INFORCE, que é uma empresa da área.

Para dar como título de exemplo, a Piscina Municipal esteve encerrada, porque o depósito de aquecimento da água, dos banhos de águas quentes, que faz parte este sistema de aquecimento, custou 60 mil euros de reparação + IVA.

O Senhor Presidente disse numa reunião do Conselho de Administração que os recursos humanos eram a base de sustentabilidade das empresas. Nós lidamos com pessoas, não lidamos com coisas, nem com números e por isso foi com esta base que fizemos o diagnóstico relativamente à situação dos recursos humanos. Os recursos humanos estavam desmotivados, desvalorizados, voltados ao esquecimento (são palavras deles). Hoje, participam nas decisões, participam nos projetos, estão comprometidos com a empresa; encontram-se a trabalhar com motivação e a executar trabalhos que antes eram feitos no exterior, o que permitiu também reduzir o balanço, permitiu reduzir drasticamente os custos com as prestações de serviços. É verdade que os custos com o pessoal aumentaram, mas estamos a redimensionar o quadro do pessoal, com as necessidades e com a atividade da empresa. A empresa neste momento poupou mais de 150 mil euros em fornecimentos e serviços externos que estão a ser feitos dentro da ICOVI.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

Estes foram os três pilares em que fizemos um diagnóstico apesar de que a empresa, desde a sua constituição, sempre deu resultados positivos e atividade da empresa resumia-se a estes pontos que apresentei.

Quisemos manter um objetivo essencial que é o fornecimento da água com qualidade à Covilhã, fornecer à nossa participada ADC, a água com qualidade e a prova disso, é que tanto nós, como à participada foi-lhes atribuído pela ERSAR o “Selo da Qualidade de Serviços para a Melhor Água de Consumo Humano em 2014”. Procurámos manter este nível de qualidade, procurando fazer as análises à água que são recomendadas - fizemos 100% das análises exigidas.

Relativamente à Barragem o guilhotinamento dos fundos comunitários tornou impossível a execução na forma prevista do projeto, ou seja, o projeto inicialmente previsto englobava a albufeira e englobava a adução. Pagou-se uma fortuna à empresa que fez o projeto, que tinha as duas componentes, mas que só foi feito o projeto da albufeira, e apresenta muitos erros que estão agora a surgir. A adução foi feita, com a “prata da casa” e a obra lá vai sendo feita.

Esta reprogramação financeira e temporal obrigou a que o projeto fosse dividido em duas fases, a fase da albufeira e a fase da adução, e por imposição do POVT as verbas disponibilizadas só poderiam estar afetadas à adução, porque o espaço temporal era até terminar o período do QREN e não dava para fazer a albufeira.

Nós avançámos para essa solução, a obra já esta consignada, o contrato de adjudicação da empreitada, feito por um Professor da Universidade Católica, Prof. Dr. Osvaldo Gomes, que custou 16 ou 17 mil euros ao Município, previa que qualquer impedimento de ambas as partes, o contrato poderia ser rescindido. Mas, dizia também que, independentemente dessa solução, que era o guilhotinamento dos fundos, não permitia a execução daquele contrato. Só que previa também uma indemnização a ser paga à SOMAGUE, relativo aos lucros cessantes e aos danos emergentes. Resumindo, a indemnização a pagar à SOMAGUE andaria na ordem de 1.800 mil euros.

Reunimos com a empresa no gabinete do Senhor Presidente da Câmara, onde foram discutidos estes pontos e onde a SOMAGUE estava renitente relativamente à situação. Outras reuniões se sucederão e após várias negociações, conseguimos que se pagasse à SOMAGUE 250 mil euros.

Nada se deve à SOMAGUE, temos os autos de medição em dia e até tem dinheiro adiantado, de acordo com a Lei. Esta indemnização tem uma implicação nos resultados líquidos da empresa, que neste momento é de 460.110,43 €, podendo ser superior se não tivéssemos que pagar esta indemnização. Este resultado líquido do exercício é um bom resultado e a empresa está saudável.

No Projeto Covilhã Solar fizemos um diagnóstico de toda a situação existente, onde encontramos unidades com deficiências, outras paradas e fizemos um Contrato de manutenção com uma empresa especializada. Com esta intervenção conseguimos que a produção subisse 60 mil euros, relativamente ao ano anterior.

Outro campo de ação da ICOVI trata-se do aproveitamento mini-hídrico, onde conseguimos concluir o levantamento potencial, no concelho da Covilhã e já diligenciamos, junto da Direção Geral de Energia e Geologia, no sentido de nos autorizarem o licenciamento destas centrais. Falta-nos concluir uma parte, à qual solicitamos a colaboração do Senhor Eng.º Maurício da ADC, relativamente aos caudais da nova conduta para aproveitamento da água e produção elétrica das condutas.

O Conselho de Administração da ICOVI decidiu que teria que aproveitar os fundos comunitários e dentro da nossa área, resolvemos fazer algumas candidaturas à manutenção e limpeza das galerias ripícolas e na defesa da floresta contra incêndios.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

As galerias ripícolas é um projeto que incide nas linhas de água, na limpeza da vegetação que compõe as galerias ripícolas e isto compreende a remoção e a desmatação das plantas invasoras do leito.

No âmbito do projeto da defesa da floresta contra incêndios, baseia-se na prevenção procurando minimizar as áreas afetadas por incêndios.

Estão em curso, neste momento, estas duas áreas com um investimento de 517 mil euros, financiado pelo PRODER a 100%.

Temos candidatado também neste âmbito, mais 2,5 milhões em projetos onde se incluem 9 pontos de água, para abastecer os helicópteros no combate a incêndios, designadamente na Aldeia de S. Francisco de Assis, Verdelhos, Aldeia do Souto, Sarzedo, Coutada, Cortes do Meio, Unhais da Serra, Casegas e Vila do Carvalho.

Fizemos ainda um levantamento topográfico georreferenciado de todos os caminhos do concelho, rurais e agrícolas com vista, uns à eletrificação, outros à beneficiação e outros a melhoramentos, incluindo valetas, num total de 215,416 km. Faltam-nos saber alguns orçamentos de algumas Freguesias, relativamente à eletrificação, para podermos saber o valor global da candidatura.

Adquirimos dois edifícios, um deles onde estamos instalados e onde está a sede da ICOVI e outro que é o edifício do Montalto, cujo projeto está em fase de estudo prévio para a instalação da sede da ICOVI e da sede da ADC, para que as empresas estejam mais perto do Município e para trazer mais serviços para o centro da cidade.

Candidatámos mais dois projetos, um diz respeito ao Jardim da Artes e outro à remodelação da Piscina Municipal. A Piscina Municipal está completamente degradada, precisa de uma intervenção muito séria e candidatamos o projeto na CCDR e, neste momento, está com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local para elaboração de Contrato Programa.

Assim como no Jardim das Artes utilizámos o projeto inicial, para poupar custos e que está também na DGAL para o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, para ser feito o Contrato Programa.

Vamos ainda, na próxima semana, lançar em Diário da República o Aviso para publicação do Concurso Internacional por Prévia Qualificação para a Execução do Projeto da Nova Barragem. É um projeto que no fundo se divide em três projetos:

- O Projeto da albufeira*
- O projeto da adução à nova ETA*
- O projeto da ETA*

Nada mais se me oferece dizer, obrigado pelo vosso tempo e estarei à disposição para esclarecer sobre a nossa atividade, quer quanto aos números apresentados.”

O Senhor Presidente deu, de seguida, a palavra ao Senhor Dr. João Marques, Administrador da ADC, que disse o seguinte:

“ Boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Técnicos da Câmara Municipal, estimada Comunicação Social, caro público,

Tentando fazer uma apresentação rápida e dando um ponto da situação em termos de enquadramento, é de referir que até 2005 os Serviços Municipalizados da Covilhã faziam a gestão completa do ciclo da água; que houve um Contrato de Concessão celebrado com a Águas da Serra, relativamente ao saneamento em alta, a 21 de abril; os Serviços Municipalizados foram depois transformados em Águas da Covilhã, por deliberação de Câmara em 2005; em Agosto de 2006 foi deliberado pelo Município da Covilhã a abertura do concurso público internacional para a aquisição de 49% do capital estatutário; a 23 de julho de

2008, procedeu-se a uma operação de cisão simples com destaque de parte do património da empresa, no valor de 66 milhões de euros e com ele constituíram uma nova empresa, a ICOVI; a 10 julho 2008 foi assinado um Contrato entre o Município e a AGS cedendo o Município a esta 49% do capital estatutário e em janeiro de 2009 foi deliberado pelo Município proceder ao parqueamento da participação de 51% do capital social na ICOVI, empresa detida a 100% pelo Município da Covilhã. De referi que da escritura de cessão, fazem parte integrante e que de alguma forma conduz também aquilo que é o desempenho da empresa, ou limita o desempenho da empresa, que são os estatutos, o Acordo Parassocial e o Relatório Final da Comissão de Apreciação de Propostas do Concurso Público para seleção de parceiro privado.

A ADC tem como principal objeto a gestão e a exploração dos serviços municipais do ambiente e como principal atividade a distribuição de água.

Quando entrámos na ADC deparámos com duas lógicas, uma dominante e outra passiva. A dominante e por força do Acordo Parassocial que foi assinado era a parte privada representada pelo Administrador privado em que, de alguma forma, levou a que a empresa se direcionasse única e exclusivamente, no corte cego de custos, no aumento das receitas, ou seja, o equilíbrio da empresa provida do aumento do tarifário, esse tarifário que todos nós pagamos e como é óbvio, esse domínio e essa perspetiva de gestão privada levou a que houvesse uma redução de capacidade operacional, com recurso abusivo à disponibilização de serviços; as pessoas encontravam-se desmotivadas pela redução da empresa, praticamente ao nível dos serviços administrativos, poucos outros serviços operacionais, incluindo sectores de essencial importância para o funcionamento e para a persecução do objeto da empresa, que é o interesse público, o tratamento de água, saneamento e de resíduos. Vimos colaboradores desmotivados pelo domínio desta perspetiva, divididos entre privados e públicos, sem formação, com equipamentos obsoletos, etc..

A excessiva dependência de prestadores externos, a empresa tinha uma baixa autonomia na execução das atividades de interesse público e essa prestação de serviços externa recorrente, levou a que houvesse transferência de fluxos que poderiam ser investidos em ativos que poderiam estar dentro da empresa neste momento, para prestadores externos para realização dessas tarefas, o que não permitiu investimentos internos de modernização e inovação, formação e especialização de equipas internas que supostamente era o que estava na base desta privatização. Se formos ver quais eram as premissas base, uma delas era e especialização de equipas internas e o que se viu foi o contrário, foi a saída de pessoas, a redução de equipas e respetiva contratação externa.

Em termos do controle de gestão, era um controle muito rudimentar, neste momento já vai permitindo o controlo em tempo real, e as infraestruturas e equipamentos degradados.

Dentro destas perspetivas e aquilo que foi sempre a nossa visão, de ganhos, eficiência e, principalmente a redução da fatura. Esse foi o objetivo assumido e foi para isso que fomos para lá. Como é óbvio, o que está ao nível jurídico na ADC, não nos permitiu até há data, mas pretendemos que seja com a maior brevidade, fazer cumprir essa promessa feita pelo Senhor Presidente.

Contudo, o que fizemos foi o de tornar a empresa mais eficiente e cortar, cortar, cortar é o que todos sabem fazer! Julgam que é a cortar e reduzir nas intervenções que se consegue ter aumentos de resultados. A nossa perspetiva é diferente, é a de motivação, de organização, de gestão pela eficiência e também de ganho operacional, ou seja, fazer mais, com menor utilização de recursos. E dentro dessa perspetiva motivacional, tivemos que olhar para aqueles que mais sabem da empresa, os que não eram ouvidos para dar o seu contributo naquilo que é a construção de uma ferramenta de precisão que previa assentar numa 1.ª fase, em qualquer setor, de forma isolada e depois ser construído no seu global. Nós envolvemos as pessoas no processo de decisão, verificamos aquilo que seriam as necessidades da empresa, definimos o caminho que pretendíamos seguir e a nossa direção e foram eles que nos ajudaram, neste curto espaço de tempo, a ter já alguns resultados, já visíveis no relatório e contas e que a médio e longo prazo terá outro tipo de impacto. O nosso foco foi no cidadão, prestar um

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

melhor serviço, gerir de forma mais eficiente o combate ao desperdício, analisar processo a processo implementando uma melhoria contínua. Fizemos ainda a definição e retificação de procedimentos internos, implementação de práticas de gestão focadas na redução de desperdício associados aos processos e na melhoria contínua dos serviços prestados, onde se destacam:

- *A gestão da correspondência (toda a correspondência que entra na ADC é registada automaticamente);*
- *Reclamações (com o envolvimento de todos no sentido de dar resposta efetiva à totalidade dos processos);*
- *Work Flow no sentido de ficar registado todo o processo por onde passou e quanto tempo ficou o processo em determinada pessoa;*
- *Parque de equipamentos informáticos e digitalização modernizado, fazendo análises de custo, em pareceres técnicos e estão tratadas como qualquer privado as trataria;*
- *Aprovisionamento (acompanhamento do processo de aquisição, de armazenamento, de controlo, contagem real do bens);*
- *Combatemos as aquisições de carácter urgente com implicação da falta de consulta de mercado e dos custos que isso implica;*
- *Formação nos colaboradores para os responsabilizar nos processos de decisão e mostrar a confiança depositada neles;*
- *Os processos de cobrança e coerção foram reorganizados;*
- *Redução de perdas de água;*
- *Eficiência energética;*

Estamos a trabalhar transversalmente em todas as áreas, fazendo a avaliação do processo, para tentarmos melhorar.”

De seguida, usou da palavra o Senhor Eng.º José Miguel Oliveira que referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, funcionários da Câmara Municipal, comunicação social, colegas Administradores das Empresas Municipais, minhas Senhores e meus Senhores:

Em primeiro lugar queria saudar a iniciativa que este Executivo teve. É a primeira vez que os administradores das Empresas Municipais vêm a uma sessão pública da Câmara Municipal apresentar aquilo que é o trabalho que tem sido desenvolvido e dar a conhecê-lo de forma pública.

Deixar uma saudação muito especial ao meu colega de Administração, porque partilhámos, acima de tudo, uma visão comum de desenvolvimento e de gestão para as Águas da Covilhã, com futuro e estratégia.

Quando entrámos para a ADC, tínhamos um objetivo macro que nos foi dado pelo Senhor Presidente da Câmara, defender os interesses do Município na empresa e por conseguinte o interesse de todos os covilhanenses. Este desígnio começa pelo facto de estarem aqui hoje dois administradores a falarem pelas Águas da Covilhã com pelouros tão importantes, como a parte operacional e a parte financeira/administrativa. Esta situação deveu-se a uma posição de força, de coragem, que este Executivo tomou no sentido de salvaguardar os interesses dos Covilhanenses. É essa a nossa função – salvaguardar os interesses dos Covilhanenses e foi essa a nossa premissa e a visão comum que defendemos para a empresa que orgulhosamente administramos.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

A defesa dos interesses do Município e dos Covilhanenses passam por várias etapas, das quais destacamos aquela que é, sem sombra de dúvidas, a mais importante, a redução do preço da água. Apesar dos dois aumentos travados, quer em 2014 quer em 2015, no valor de 1,8%, o valor da nossa factura de água continua elevado quando comparado com outros municípios. Actualmente, percebemos o porquê de se pagar um valor tão elevado na Covilhã, e sabemos que as reduções conseguidas representam pouco e queremos conseguir mais. Também estamos insatisfeitos com esse desígnio.

Outra etapa da nossa administração, é o objectivo de colocar a ADC como uma empresa de referência do sector no interior do país, como já foi em tempos, na altura dos Serviços Municipalizados. Para isso foi necessário e continua a ser, colocar a ADC como uma empresa moderna, dinâmica, com tecnologia de ponta, exemplo para outras entidades gestoras.

A verdade é que fruto do desinvestimento dos últimos anos fomos paulatinamente perdendo esse "comboio", daí que houve uma visão comum, partilhada na Administração sobre recolocar-se a ADC como Empresa de referência do sector complementada depois com uma visão de serviço público. Uma visão centrada no cidadão, centrada nas pessoas, não nos nossos clientes, valoriza-los como ativos importantes, para isso foi fundamental a mudança de procedimentos de atendimento, a criação de plataformas de gestão de reclamações, implementação de sistemas de controlo de qualidade e de serviços, entre outros...

É importante os covilhanenses perceberem que as Águas da Covilhã, durante os últimos 5 anos, estavam a definhar, a definhar do ponto de vista do investimento, não havia investimento, não se faziam reabilitações de reservatórios, não se faziam remodelações ou recuperações de rede e o que é que acontece a uma empresa como a nossa, que não faz todos os anos aquilo que é exigido até pela Entidade Reguladora, que são os investimentos necessários anualmente? Iriamos chegar a uma situação, a 15, 20 ou 30 anos, de colapso infraestrutural, ou seja, em que a necessidade de investir seria de tal maneira grande que iríamos por em causa a própria solvabilidade e sustentabilidade da empresa.

Aquilo que se fez, foi exatamente inverter esse ciclo passando a haver investimento nas infraestruturas. Um investimento pensado e estruturado, assente em critérios operacionais e económicos rigorosos. Foi entregue no início desde mês uma Tese de Mestrado na UBI, feita em parceria e estreita colaboração entre as Águas da Covilhã e a UBI, porque também foi importante abrirmos a empresa à sociedade, ao nível do PGPI, Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas que nos possibilitou termos uma visão integrada dos activos e dos recursos da empresa, possibilitando intervenções em reservatórios, substituições de condutas, entre outras intervenções, isso é de certa forma, aquilo que nós trouxemos e estamos a fazer do ponto de vista infraestrutural. Temos feito, Investimos também em equipamento, porque objetivamente, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara encontrou na Câmara Municipal, a nível de equipamentos municipais, nós também o encontramos na ADC; o parque automóvel degradado, ausência de máquinas, havendo necessidade, para aumentar a capacidade operacional da empresa, de fazer esses investimentos. A título de exemplo, nem sequer um geofone havia na empresa e foi este tipo de investimentos que levaram à redução de custos e aos resultados operacionais que nós obtivemos.

Falando das prestações de serviços, houve claramente, uma inversão. Tivemos noção de serviço público; a ADC tinha 9 prestações de serviços: trabalhadores para jardins, corte de relvas, manutenções da zona norte e zona sul, cantoneiros de limpeza, recolhas de resíduos, colocação de contadores novos, para corte e ligação de contadores, etc.

Foi feita a reestruturação das prestações de serviços da zona norte e zona sul, numa só, com ganhos efetivos, não só na qualidade de prestação de serviços, mas também financeiros; reestruturamos as duas prestações ao nível de colocação de contadores, numa só; acabamos com a prestação de serviços nas zonas de espaços verdes e jardins, ficando apenas com cinco prestações de serviços, com resultados financeiros e operacionais que depois apresentaremos.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

As entidades gestoras de águas são auditadas, verificadas e analisadas à lupa pela entidade reguladora existindo ao nível da ERSAR oportunidade para poderem acompanhar o desempenho da ADC ao longo do tempo, basta consultar o sítio na internet e têm estas informações disponíveis.

A evolução dos indicadores que a ADC está a ter é bastante positiva, com trabalho realizado de forma sustentada, no sentido de conseguirmos pôr a empresa em 2017 como referência no sector da água em Portugal.

A realidade existente no nosso concelho é muito diferente de sistema para sistema, por exemplo, no Ferro temos 15% de água não faturada e na Aldeia de S. Francisco de Assis temos 88%, ou seja, da água que nós abastecemos, 88% perde-se. É esta a realidade que nós encontramos e é esta a realidade que queremos inverter, realizar investimento sustentado em infraestruturas é urgente, porque a situação da Aldeia de S. Francisco de Assis ou do Paul, com redes envelhecidas, muitas ainda em fibrocimento, com elevadas roturas, leva a que tenhamos indicadores de desempenho tão diferentes em termos de Freguesias. Redefinimos balanços hídricos, apostamos de forma clara na telemetria no sentido de podermos atuar mais cedo, realizamos campanhas de deteção, estudo de caudais noturnos, participação no Programa do LNEC IPerdas, elaboração de Plano Estratégico de combate a perdas e desperdício de energia, etc. Enquanto empresa, às Águas da Covilhã foram convidadas a participar em fóruns do setor, para apresentar estes exemplos de boas práticas.

No âmbito do investimento em telegestão e telemetria, importa referir que quando chegámos à empresa, tínhamos apenas dois reservatórios monitorizados, neste momento temos mais de trinta reservatórios geridos à distância com controlo de caudais, de nível e de outros parâmetros, mas queremos mais, queremos fechar o ano com pelo menos 60 reservatórios monitorizados.

É também investindo na reparação que se ganha dinheiro e se combate desperdício. A política desta empresa, mesmo com o atual parceiro privado, é uma política pro-activa, num dos últimos Conselhos de Administração, decidiu-se realizar um investimento significativo, aproveitando a reabilitação que a Câmara Municipal está a fazer na EM512, vai ser reabilitada, toda a conduta e os ramais, ao longo da via principal, que atravessa a Aldeia de S. Francisco de Assis, num investimento de 90 mil euros, que contou com o voto favorável do parceiro privado.

Quanto ao saneamento, tem-se feito mais intervenções preventivas, menos intervenções reativas, estando na calha a aquisição de um sistema de inspeção vídeo, realização de diversos prolongamentos de rede, eliminação de três descargas ilegais diretamente para o meio hídrico e elaboração do estudo das candidaturas ao POSEUR.

A nível de resíduos, a política seguida neste setor foi muito simples, redução de custos, ganho de eficiência e combate ao desperdício, otimização de rotas e percurso, colaboração com a Resistrela o que levou à instalação de mais de 30 ecopontos (e queremos mais, porque queremos aumentar a fração de recicláveis no concelho da Covilhã). Protocolo com a Sarah trading que retirou uma fração importante, que era a roupa enviada para o lixo e que começámos a canalizar para aquele programa, permitindo às Águas da Covilhã começar a apoiar socialmente coletividades e associações, no âmbito social, através desse protocolo.

Estamos a elaborar, com os técnicos da ADC, candidaturas ao POSEUR, que é a derradeira oportunidade de conseguirmos alavancar investimento ao nível das redes em baixa, para podermos reabilitar Freguesias como Sobral de S. Miguel, Aldeia de S. Francisco de Assis, Paul e outras, manter o investimento em si, gestão do controle de frota por GPS, instalação de caudalímetros, potenciar o crescimento de clientes, participar com o LNEC e com as outras entidades colaborativamente; estamos a trabalhar com o SMAS de Castelo Branco e da Guarda em projetos conjuntos, mostrando a diferença de política que existia antes, de inclusão e não de exclusão, racionalizando recursos, eliminando grandes desperdícios, implementação

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

do sistema integrado da qualidade e reduzir o preço da água, mas colocar a ADC como referência no setor, ao nível nacional.”

Retomou a palavra o Senhor Dr. João Marques apresentando os resultados, que fazem parte do Relatório e Contas da ADC, realçando que não houve aumento de tarifas por decisão do Conselho de Administração e que também não houve aumento de rendimentos por via da faturação ao cliente.

“Temos rendimentos de cerca de 11 mil euros e em termos de gastos com pessoal verifica-se um aumento, mas uma redução substancial nos fornecimentos e serviços.

A empresa encontra-se no bom caminho, quer a nível operacional, quer ao nível dos resultados.

Trago o exemplo dos Parques e Jardins, que foi um setor que decidimos internalizar numa lógica de crescimento da empresa, de reforço e de músculo; contratamos as pessoas que levou ao aumento dos custos com o pessoal, mas que aqui, podemos verificar que face aos gastos diretos deste setor e face ao ano de 2013, tiveram uma redução de 22%. Isto quer dizer que nós fazemos mais, melhor e mais barato.

Verificamos um aumento de 30.71% face ao ano anterior, em termos de resultados líquidos, ou seja passamos de 797.890 para 1.042.938, mais 245 mil euros que no ano anterior.

Estou disponível para qualquer questão que pretendam colocar.”

O Senhor Presidente interrompeu a reunião pelas 13:20 H e foi retomada às 15:30 H.

O Senhor Presidente reiniciou a reunião de Câmara e agradeceu aos Senhores Administradores das Empresas Municipais, pelas informações que trouxeram de forma objetiva, serena, concisa e deu a palavra aos Senhores Vereadores para colocarem as questões que pretendessem.

O Senhor Vereador Pedro Farromba começou por referir que “numa análise às contas consolidadas, em que aparece o universo Municipal, há aqui duas dúvidas que tenho: uma tem a ver com o parecer para deliberação, porque não aparece o parecer nas contas consolidadas.”

A Senhora Diretora Dr. Graça Robbins esclareceu que este documento foi disponibilizado para mera consulta e cumprimento de prazos uma vez que o assunto está agendado para a próxima reunião de 19/06/2015, para discussão.

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou que consultou alguns revisores de contas e que são de opinião que devem dar o seu parecer às Contas Consolidadas.

O Senhor Presidente afirmou que aquando da discussão do documento, chamará o respetivo Revisor Oficial de Contas, para esclarecer essas questões.

Retomou a palavra o Senhor Vereador Pedro Farromba dizendo que dividirá a sua intervenção em duas partes, uma sobre a Parkurbis e outra sobre a ADC e a ICOVI:

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

“Sobre a Parkurbis quero felicitar o Dr. Jorge Patrão que fez uma intervenção muito direta áquilo que acho e que era o objetivo desta Câmara, quando aqui chamou os Senhores Administradores que, no fundo era saber o ponto da situação, sem juízos de valor e saber-se aquilo que era o entendimento do Conselho de Administração do Parkurbis, sobre os próximos anos.

Dizer-lhes que:

- Quanto ao número de empresas que nos enviaram nos documentos, das 6 empresas que dizem, em 2014, terem entrado no Parkurbis, 3 delas já lá estavam em 2013, pelo que agradecia que fosse feita essa correção.

- Na altura, já a gestão entre aquilo que era a Associação Parkurbis e o Parkurbis SA, era feita de forma conjunta, já que o Administrador Delegado do Parkurbis, na altura, era também Presidente do Conselho da Administração da Associação Parkurbis e a atividade era já feita em conjunto entre as duas entidades.

- A dúvida que eu tenho é em relação ao futuro do Parkurbis, como sabem foram dois anos com prejuízos, e o que a Lei diz é que no terceiro ano de prejuízos, a empresa tem que ser extinta ou internalizada no Município e, gostaria de saber o que é que está a ser feito pelo Conselho de Administração para que não aconteça o que aconteceu nos dois últimos anos.

Em relação às outras duas intervenções, que já não as considero tão positivas, considero-as bastante mais politizadas, gostava de dizer que acho, que a Câmara deveria abrir uma empresa de Time Building, porque a motivação dos funcionários foi tanta, quando estas Administrações entraram, que deveria ser considerado uma outra área de atividade da Câmara Municipal, aproveitando até agora a possibilidade que a ICOVI nos dá de se querer dedicar “à hotelaria”, por via do concurso que participou para a Pousada da Juventude; pergunto se faz parte daquilo que é a atividade da ICOVI, dedicar-se à hotelaria por via do concurso em que participou.

Aquilo que nós esperávamos de uma intervenção dos Senhores Administradores, era no sentido de nos fazerem, sem juízos de valor, em relação áquilo que era o passado, nos explicarem como é que estamos e para onde é que vamos. Isso, quanto a mim, não ficou claro. Não ficou claro qual era a estratégia, não ficou claro na questão da ADC, quando é que o preço da água vai baixar, porque se esse era o objetivo, já era na primavera de 2014, na primavera de 2015 e continuamos a aguardar que a primavera nos traga o abaixamento da água e sendo esse o objetivo que os Senhores aqui vieram propagar, gostaria de saber, com timing, quando é que o preço da água vai baixar.

Em relação à ICOVI, ouvimos falar da má gestão do processo da Barragem, ouvimos falar no pagamento da indemnização à Somague, falaram tanto em candidaturas, mas não referiram a que eu já referi. Gostaria de saber duas coisas: presumo que seja a ICOVI que vai tratar do processo da remodelação do Teatro, porque a ICOVI adquiriu o Teatro; a sede da ICOVI e da ADC vão para onde? Para que edifício? E o custo da Barragem, com esta opção do túnel, qual é o custo comparativamente com o custo da anterior localização da Barragem?”

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parkurbis respondeu às questões colocadas dizendo “agradeço as palavras do Senhor Vereador Pedro Faromba e sobre a primeira dúvida colocada, das empresas que entraram ou não, eu apresentei os dados que me foram dados pelos serviços, não conheço, na raiz, todas as empresas, as contas foram baseadas na situação apresentada. Imagino que possa ter havido uma instalação virtual, que depois passou a física, mas vou analisar e depois responderei.

Sobre a segunda questão, que é mais premente, sem dúvida, eu deixei aqui alguns dados sobre isso. As empresas municipais, sob pena de terem de ser dissolvidas ou internalizadas, não podem dar 3 anos de prejuízo e isso tem sido devidamente acompanhado pelo Departamento Financeiro da Câmara, que vai destinar, é o compromisso que têm connosco,

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

dando toda a atenção à Parkurbis SA, para que isso não aconteça. A nossa expectativa, em Junho de 2015 é que este ano a Parkurbis SA dê lucro. A atenção não será muito direcionada no ano de 2015 para a Associação Parkurbis, por essa razão, me parece extremamente plausível, até porque estrategicamente também não interessa, a este Município, andar a internalizar empresas municipais, peço que sejam avaliadas de um ponto de vista diferente. Isso aconteceu com a de Guimarães, que foi dissolvida e isso representa uma perda para os Municípios que fazem um grande investimento em equipamentos desta tipologia e depois se sujeitam a perdê-los por causa da Lei agora em vigor. Essa Lei devia ser excecionalizada para os Parques de Ciência e Tecnologia, mas também acho, que na altura em que eles se desenvolveram e nasceram, impulsionados por uma política clara dirigida pelo Professor Mariano Gago, mas nos últimos anos não tem havido essa apreciação por parte do Governo em termos de excecionalização daquilo que deve ser diferenciador. Nós hoje temos no Parkurbis, no seu conjunto, estão a vender serviços para imensos países, outros para dentro do país, com faturações de cerca de 20 milhões de euros, que são ali produzidas jovens quadros qualificados. Isto é um recurso de fixação de jovens, de luta pela fixação de jovens no interior que não pode ser desperdiçada de maneira nenhuma. Em conclusão, sobre esta questão, toda a colaboração, inclusive e principalmente por parte do Executivo, é imprescindível. Este ano vamos ter que obter prestações de serviços, por parte de empresas como a ICOVI, que vêm mencionadas no Plano de Atividades, e no fim do ano a Parkurbis SA, o compromisso é que dê lucro. Tem que dar lucro, porque a regra é esta, uma empresa deste teor que dê 3 anos de prejuízos consecutivos, tem que ser dissolvida ou então internalizada e isso não pode acontecer.”

O Senhor Presidente afirmou que “isso não vai acontecer, porque o Município suportou essa lacuna e têm que ser consecutivos e todos temos o mesmo objetivo de preservar aquela importante estrutura, para que continue a servir o nosso tecido empresarial, científico, enfim a nossa comunidade, que foi para isso que ela foi criada.

De seguida deu a palavra ao Senhor Dr. Carlos Mineiro para esclarecer as questões colocadas.

“Respondendo ao Senhor Vereador Pedro Farromba, quanto à motivação, são os próprios funcionários que o dizem, eles estavam votados ao ostracismo. Funcionários há 10 anos na casa, que transitaram da ADC, fizeram o projeto da Barragem e quem andou a “colher os louros” foram outros em nome deles, que até foram condecorados no Dia da Cidade, e com processos de gestão pouco claros, que a seu tempo virão ao de cima. Este tipo de procedimentos é que levou a que a motivação dos funcionários estivesse no zero. Neste momento, pode visitar a empresa, falar com os funcionários e ninguém melhor do que eles para lhe responder; ver qual é o ambiente agora e o que era antes, passavam semanas e semanas, sem o Administrador lá ir, só lá ia a receber o cheque que a Lei anterior permitia. Isto é quê? É falta de motivação, de incentivar os funcionários para trabalhar, este tipo de procedimento, por parte da Administração anterior. O trabalho que foi desenvolvido, e louvo aqui o trabalho dos funcionários que lá estão, a D. Sandra e o Eng.º Hugo, pois foram eles que puseram a empresa onde está, apesar de toda a segregação.

Relativamente se a ICOVI se dedica ao turismo, obviamente que não se dedica ao turismo. A ICOVI tem no seu objeto social a gestão e construção de infraestruturas nos mais variados campos, de acordo com os estatutos em vigor. Nós consideramos o turismo uma atividade essencial para o desenvolvimento do concelho, da cidade e da serra. Não fazemos parcerias com privados, se tivéssemos que fazer uma parceria teria que ser com uma entidade pública, como a Federação de Esqui, que eu desconhecia que estava a concorrer. Sendo a Pousada da Juventude uma estrutura fulcral para o turismo e para a região e estando nós no campo das infraestruturas resolvemos fazer a candidatura. É um concurso público, concorreram 10 entidades a 14 Pousadas e foi neste sentido que nós concorreremos, para preservar os postos de trabalho e para procurar incrementar o turismo na Serra da Estrela. É exigido um plano de

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

negócios e um plano de intervenção ao nível de construção, de obras e de marketing, nós fizemos o melhor que podíamos e sabíamos, não estamos a competir com ninguém. O objetivo foi o de procurar dotar uma estrutura da Serra, com outras condições, para oferecer a quem a procura.

Relativamente ao Teatro Municipal, não é do conhecimento desta Administração qualquer diligência nesse sentido, nem por parte da Câmara foi feita qualquer abordagem a esta Administração.

Quanto à Sede da ICOVI, o que disse foi que a ICOVI tinha adquirido dois edifícios, um onde estamos atualmente e o outro que é a residência Montalto. Será nesse novo edifício que nos iremos instalar, decorre neste momento o estudo prévio do projeto, que irá depois a concurso para esse efeito. “

O Senhor Presidente deu depois a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da ADC e ao Senhor Administrador, para responderem às questões colocadas:

“Relativamente à questão da motivação dos trabalhadores, faço das palavras do Dr. Carlos Mineiro as minhas palavras e convido o Senhor Vereador a ir às instalações, falar com as pessoas ou estar com alguém próximo e tirar as conclusões que entender. Ninguém esteve aqui a tentar vender um serviço a esse nível.

Em termos da tarifa da água, está-se a fazer dois trabalhos, que é o trabalho interno, como foi explicado, dentro dos ganhos da própria empresa e ao mesmo tempo está-se a tentar resolver aquilo que outros criaram no passado.

O assunto encontra-se nas “mãos” do Senhor Presidente e no que me toca a mim, estamos a trabalhar na estrutura da empresa e naquilo que são os processos da empresa, no sentido de otimizar a empresa para também ser possível fazer essa redução por via da estrutura de custo.”

O Senhor Administrador da ADC, Eng.º José Miguel Oliveira acrescentou que “eu não compreendo sinceramente a questão ou a interpretação feita pelo Senhor Vereador Pedro Farromba: juízos de valor? Onde é que na apresentação que foi feita, por parte da ADC, existem juízos de valor?

Senhor Presidente se me permite retorno a questão: nós colocamos a apresentação novamente e o Senhor Vereador indica-nos onde existem juízos de valor! O que ali está, por muito que lhe custe aceitar, são factos, são processos existentes, eventualmente que o Senhor desconhecia, eu acredito nisso, que lhe estava a ser “vendida” uma imagem que não correspondia à realidade.

Quando nós temos uma empresa, Águas da Covilhã, responsável pelo abastecimento, saneamento, recolha de resíduos e espaços verdes da nossa cidade, que nos últimos 5 anos estavam previstos, em termos orçamentais, um investimento de cerca de 3.800 mil euros e realiza 600 mil, o que quer dizer? Aliás, a taxa de execução deste investimento que tivemos durante este ano, que não se fez refletir nos resultados líquidos, foi a maior taxa de execução de investimento dos últimos 5 anos. Isto não é juízos de valor! Isto são factos que estão no Relatório de Contas e Atividades da nossa empresa; não tivemos uma taxa de execução que nos orgulhe, tivemos cerca de 24%, mas a execução de 2013 foi de 5,6%.

O Senhor Vereador na qualidade de covilhanense, de pessoa que gosta da sua terra, que eu sei que é, deveria de estar preocupado como é que uma empresa que é gerida nos últimos 5 anos desta forma, conhecendo a realidade do setor, das infraestruturas de água, de condutas, de saneamento, que carecem de investimentos regulares, sob pena das mesmas, ao final de algum tempo, “vir abaixo”. A entidade reguladora de serviços de águas e resíduos prevê e recomenda uma taxa de investimento, na ordem de 1 a 1,5%, no total da rede anualmente. A

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

taxa que nós tivemos em 2013 era 0,3%; nós conseguimos já no nosso mandato aumentá-la para 0,6%, e ainda estamos aquém daquilo que seria o desejável.

Houve muito trabalho desta Administração, dos Dirigentes, dos funcionários e de todos os trabalhadores da ADC no sentido de melhorarem o desempenho da empresa e de a colocarem, efetivamente no caminho que lhe é devido. Dizer que, se tratam de juízos de valor, é de certa forma olhar para aquilo que foi feito e colocar-lhe um epitáfio de não veracidade, quando todos os valores, todos os pontos que ali foram colocados são factos. Não há aqui qualquer tipo de juízo.

Relativamente à questão do preço da água, digo isto porque eu era Deputado Municipal desta casa, quando os SMAS deixaram de o ser e passaram a ADC, era Deputado Municipal desta casa quando fizemos uma concessão de saneamento, quando se alienou os 49% e relativamente a esta matéria eu tive algumas discussões com o antecessor, sobre a água e acho, que era necessário, o Senhor Vereador fazer uma leitura atenta da transcrição das atas, dessas mesmas sessões, da Assembleia Municipal e, eventualmente ver o valor que atualmente a ADC e os Covilhanenses estão a pagar às Águas da Serra, em termos de m³ de saneamento e ver o que é que foi feito pelo antecessor. Acho, que seria um exercício que reconhecendo-lhe capacidade e fundamentalmente o amor ao concelho era um exercício que deveria fazer.

Está à vontade para visitar a empresa, para ver os processos que estamos a fazer, falar com os funcionários e garanto-lhe que nós não estaremos por perto a condicionar qualquer tipo de discurso e veja efetivamente aquilo que foi a entrada desta Administração e aquilo que foi antes.”

O Senhor Vereador José Pinto disse que “esta informação peca por tardia e para se fazer uma avaliação concisa que nos permita, de facto, fazer um juízo de valor, temos que ter referências e as referências nos organismos públicos passam por planos de atividades, o relatório das mesmas e as respetivas contas de gerência. Tendo em conta o Código das Sociedades Comerciais que diz que até 31 de Março, têm que estar concluídos os relatórios e contas de gerência, dessas mesmas instituições, nós já estamos em meados de Junho e não conhecemos efetivamente a maioria daquilo que foi a vontade, a definição de prioridades, de recursos, que estas empresas desenvolveram.

Aquilo que o Dr. Jorge Patrão apresentou em relação ao Parkurbis, eu já tinha ouvido isto! Ouvi-o na RCB há dois meses atrás; o Vereador Pedro Farromba elogiou a intervenção, pois saberá melhor do que nós daquilo que se fala, contudo, acho que houve ali muita história. Fica-lhe bem falar do Pêro da Covilhã, falar dos Descobrimientos e das aventuras, mas houve muita história e tendo em conta aquilo que temos em mão, que é uma situação muito crítica, porque acontecendo 3 contas de gerência com resultados negativos consecutivos, corremos o risco de ter que ser extinta ou absorvida pelo Município. Estamos a falar de 250 mil euros, que a Câmara terá sempre que disponibilizar para amortizar, para ir pagando a dívida. São valores muito significativos e tendo em conta o historial que aqui foi referido, que não é novidade, só revela que eu tenho razão quando digo que perca por tardia, porque esta informação já estava em posse dos Administradores e poderia ter vindo com maior antecedência. O Vereador Pedro Farromba colocou aqui a questão principal e de certa maneira já foi respondida, que é o futuro da Parkurbis.

Como já falaram hoje em sucesso, em rankings do concelho da Covilhã, nós temos que ter muito cuidado com a análise que fazemos daquilo que nos chega, porque há duas ou três questões que tenho que referir:

- O lugar 30 piorou. Em 2014 era o 27 lugar, conseqüentemente isso foi o resultado de pontos negativos, uma série deles, pelo que sei só houve um positivo, que foi no turismo, porque no geral, nos negócios e no viver baixámos.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

- Se formos ver um estudo que penso ter toda a credibilidade, da UBI, e que nos refere a evolução de 2007 a 2012, nós estamos muito abaixo da média.

Que nos sirva para uma melhor autoestima, para melhorarmos, mas como disse o Senhor Administrador, também temos que ir à procura dos pontos negativos, para fazermos essa correção.

Quando falamos da questão da água, veja Senhor Presidente, em que lugar é que estamos, com a água mais cara ao nível do país.

Sobre a ICOVI, e contra o que disse o Vereador Pedro Farromba, qualquer pessoa que não esteja motivada, não pode produzir. Os cérebros vão-se embora, não se cria riqueza, temos empresas a falir e se efetivamente assim é, tenho que lhes dar os parabéns, por conseguirem motivar as pessoas. Mas questiono, aquilo que se está a fazer é resultado da motivação ou entrou mais pessoal? Quantos foram? Porque isto tem custo.

O investimento que foi feito na energia fotovoltaica e na energia solar tem um prazo, uma grande parte desse investimento até foi feito em organismos que têm autonomia financeira, como são as Juntas de Freguesia. Isto também tem um limite em termos de exploração.

Fico perplexo em relação ao concurso da Pousada da Juventude, tem a ver com uma forma de rentabilizar e ganhar dinheiro, acho positivo, mas mais uma vez aqui estamos perante aquilo que é a incoerência da governação deste Governo, ou seja, pelos vistos a TAP dava prejuízo, mas houve concorrentes para ela; no caso das Pousadas existem 14 concorrentes e aqui na Covilhã concorreram já duas o que quer dizer que isto afinal até vale a pena ser "proprietário" daquilo que é público. Não deixa de ser estranho esse concurso, mas o tempo o dirá, se ele for aprovado, se efetivamente foi uma boa aposta.

Disse que adquiriram dois edifícios, um dos quais é onde estão neste momento, eu pergunto se de facto a Câmara da Covilhã continua a ter falta de edifícios, porque estamos a comprar "tudo" à nossa volta e, neste caso, no primeiro edifício não é de termos a ter pessoas no centro da cidade, mas fico perplexo quando me diz que compraram a pensão Montalto e que tem como objetivo instalar a ADC. A ADC 49% é do privado. Vamos ver depois que negócio é que se consegue aqui fazer, porque se o privado não quiser, vamos ver se o pacto parassocial consegue aqui interferir. Preocupa-me o futuro e a instalação destas duas empresas municipais.

Sobre o Jardim das Artes, que se falou na última reunião, eu tive o cuidado de perguntar se o projeto era o mesmo? O Senhor Presidente disse-me que não. Hoje ouvi da boca do Administrador da ICOVI que era o mesmo projeto, até porque não valia a pena estarmos a substituí-lo, até porque tinha custado 700 mil euros. Falemos claro aqui, vamos ver se isto se torna mais claro.

O levantamento topográfico dos 215 Km de caminhos é para a beneficiação, candidaturas, mas não sei se vai dar tempo para a sua realização, apenas fica o trabalho feito das candidaturas.

Em relação à ADC foi efetivamente uma intervenção política, mas de tudo o que disse e já vamos com 1 ano e 7 meses de Administração e tendo em conta tudo aquilo que aqui foi elencado, não haja dúvida que há uma questão que se coloca: Quais são os resultados diretos e imediatos desse vosso trabalho em prol da comunidade? Se calhar alguns deles irão vir a acontecer no futuro, mas a verdade é que aquilo que vocês fizeram, quem está a ganhar fundamentalmente e diretamente, são os 49%. Até deu aqui exemplos interessantes, como os custos dos contadores, que o que deveria acontecer era repercutir-se logo na questão das taxas que os clientes e futuros clientes da ADC pagam, sempre que querem requisitar pela 1.^a vez um contador ou quando dão baixa e depois voltam a requere-lo, pagam cerca de 100 euros, nesta transação, da qual tinham todo o interesse. O que vemos, infelizmente depois deste tempo todo, é que continuamos a pagar as taxas elevadíssimas, aquilo que pagamos pelos resíduos é o que se vê, apesar da colocação de novos ecopontos, eles ficam muito

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

aquém daquilo que é desejável, a recolha nem sempre é feita em tempo oportuno e por isso gostaria que a questão dos resultados líquidos, que aqui foram apresentados, tivesse repercussão imediata, naquilo que são as despesas que as pessoas fazem com o pagamento duma fatura à ADC. Vão-me referir que é uma questão jurídica e que não houve aumentos, mas custa-me perceber como se consegue evitar que haja aumentos e não se consegue evitar que se reduza o custo do m³ da água e de todas as taxas próprias.

Sobre a questão da motivação que é positiva, mas pareceu-me que referiram também que este trabalho não foi só da motivação, foi também com a entrada de novos trabalhadores. A questão que coloco é que se devia clarificar tudo isto, quantos trabalhadores entraram na ICOVI, na ADC e em que áreas e departamentos estão a trabalhar, qual o vínculo destes trabalhadores, porque também sabemos que muitas das pessoas que entraram, foi por outsourcing e que muitos deles foram-nos buscar ao Centro de Emprego, através de Contratos de Inserção e Emprego.”

O Senhor Presidente respondeu que muito lhe estranha o Senhor Vereador José Pinto “não gostar da exaltação feita às grandes figuras do concelho da Covilhã, sendo ele um professor muito dedicado e zeloso.

O Senhor Presidente do Parkurbis fez muito bem em falar do nosso passado que nos permitiu ser hoje membro da UCLLA, o que não acontece com todas as cidades do país. Nós podemos orgulhar-nos disso e já está a dar frutos.

Relativamente ao ranking e porque eu me referi a ele, devo dizer que, comparando com as cidades da região centro, subimos dois lugares. Este estudo foi feito por entidades independentes, externas, que nada têm a ver connosco. Eu desconhecia em absoluto o trabalho de campo destas entidades, que fizeram este estudo, é portanto alguém de forma independente, isenta e objetiva que diz aquilo que tem a dizer. A nível nacional descemos três lugares, mas isto porque outras cidades, noutras zonas do país, provavelmente no litoral, tiveram melhores oportunidades e subiram. O que lamento é que as boas notícias para a Covilhã, não agradem ao Senhor Vereador. Com humildade aceitamos esse resultado, sabendo que estamos muito aquém do que queremos, desejamos e projetamos para o futuro, mas não devemos menosprezar a nossa autoestima, nem baixá-la, devemos é puxar pela autoestima dos nossos concidadãos. Quando falei no programa “Conhecer o Concelho”, falava nessa ótica, que é incutir essa autoestima nos nossos jovens. Se os políticos da nossa cidade, do nosso concelho, são lamurientos e passam o tempo a carpir mágoas, incutem o pior que há, o pior que existe no espírito dos nossos jovens. Eu sei que o Senhor foi um Professor dedicado e que tem uma forma privilegiada de lidar com eles, olhe que neste “palanque” não está a prestar esse serviço; fá-lo no terreno, mas aqui não o está a fazer. Apelo a que, neste contexto, se fizesse uma apologia da nossa cidade, do nosso concelho, dos nossos valores, das nossas tradições, de tudo aquilo que é positivo. Claro que não podemos olvidar aquilo que é negativo, mas a verdade é que temos obrigação de puxar pela autoestima dos nossos concidadãos. Exaltar o nosso passado e o nosso presente, para podermos projetar o futuro. É um apelo que deixo, que devemos todos remar no mesmo sentido e é nesse caminho que devemos trabalhar.

Quando falava há pouco no Jardim das Artes, foi um projeto que eu confundi com um outro, com o Centro de Artes, este que se falou é o Jardim das Artes. Penso que deveríamos fazer exaltação do Jardim das Artes do Têxtil, porque não nos devemos nunca envergonhar do nosso ADN enquanto concelho e enquanto cidade, das artes do têxtil; deveríamos até transformá-lo num jardim temático das artes do têxtil.

Sobre a ICOVI dizer que a renda é naturalmente a contrapartida que a ADC, se vier a ocupar algum espaço naquele edifício, terá que pagar uma renda.

Sobre a questão da tarifa da água, dizer-lhe que a água não é cara, o que é caro são as taxas que lhe estão associadas, que é a 5ª ou a 6ª mais elevada do país e desde o início do mandato

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

temos trabalhado no sentido de baixar essas taxas. Baixá-las passa por resolver toda uma panóplia de problemas anteriores, que não está regularizada, nomeadamente com a Águas da Serra, da qual eu estou profundamente preocupado, porque na altura em que este negócio foi feito, foi feito num pressuposto, antes do negócio com a ADC, já este estava em perspectiva e preocupa-me porque os Covilhanenses vão pagar nos próximos 30 anos cerca de 110 milhões de euros, por esta aventura negocial. O lucro que as Águas da Serra vai ter, e o Município da Covilhã, neste momento, formalmente, não tem qualquer posição nessa empresa, teoricamente temos lá 30% e na prática não estamos lá, mas mesmo que lá estivéssemos nada adiantava, porque o lucro já foi antecipado. O lucro que a Câmara da Covilhã auferiria durante 30 anos, já está totalmente esbatido, já foi descontado para fins eleitorais. Durante 4 anos, andou-se com uma fatura elevada, num valor abaixo da média, para que se pudesse tirar partido eleitoral desta situação. Anteciparam-se verbas, deitaram-se foguetes e agora os covilhanenses que paguem 110 milhões de euros, até ao final destes 30 anos. O lucro que esta empresa vai ter ao fim destes 30 anos, que se estima moderadamente, em 36 milhões de euros, dava para fazer duas barragens, a barragem da Atalaia e a barragem das Cortes. Significa ainda que, se tivesse havido visão estratégica, responsabilidade na gestão do Município da Covilhã e dos reais interesses do Município da Covilhã, nós tínhamos uma opção vertical de gestão do saneamento e da água, tínhamos uma fatura abaixo daquilo que é esta fatura, e tínhamos um melhor serviço e tínhamos lucro! Isto é que é de lamentar. Esta é que é a grande discussão que hoje havíamos de ter, mas lá estará o Tribunal competente para tratar este assunto, porque este é um caso nacional escandaloso! Os Covilhanenses estão, neste momento, a pagar 1,08 €, por m³ do tratamento dos esgotos e este valor vai subir até ao final da concessão para 1,47 €. É isto que vai propiciar estes lucros. Prevê-se que a empresa despenda cerca de 1,5 milhões de euros/ano, o que perfaz no final da concessão um total de 45 milhões de euros, mais os 19 milhões que já investiu, ou que disse que investiu; esses 19 milhões já comportam fundos comunitários; eles obrigaram-se a despendar esse valor e nós Câmara Municipal podia-mos ter feito esse investimento, para construir as ETAR ou as 14 fossas sépticas, as 2 estações elevatórias e falta quantificar isto, porque assim não serão 36 milhões de euros de lucro, será muito mais.”

O Senhor Vereador José Pinto interrompeu o Senhor Presidente, dizendo que “não lhe estão a responder à questão que colocou e eu votei favoravelmente o projeto, porque fui enganado, porque o Senhor Presidente disse que o projeto teria sido alterado, que fique bem claro, eu senti-me enganado.”

O Senhor Administrador Carlos Mineiro respondeu ao Senhor Vereador José Pinto, “que relativamente à admissão de pessoal, na ICOVI não entrou mais ninguém, apenas uma pessoa que era o Administrador e que trabalhava na ADC, que passou a ser Técnico da ICOVI, ao contrário do que se diz que o dispensámos, antes pelo contrário, ele é o gestor deste projeto, até pela experiência que tem nesta área, e foi-lhe novamente renovada a mobilidade em que se encontra na Câmara da Covilhã e cedido à ICOVI. Tudo o que se diz por aí é falso e poderá ir à ICOVI, aos Recursos Humanos, consultar quem lá está. A Senhora em causa representa um Gabinete de Consultoria e Auditoria, com quem nós fizemos uma adjudicação para fazer umas candidaturas e ela ganha em função dos projetos que aprovar, de acordo com a componente própria do projeto.

Relativamente aos painéis fotovoltaicos, eles estão instalados em edifícios públicos, edifícios da Câmara, Associações, Escolas e Juntas de Freguesia, com uma duração de 10 anos e mais 8 e outros de 10 mais 10, sendo que, os segundos 10 a produção revertem a favor da entidade onde está instalado. Nos primeiros 10 anos, nós recebemos a produção, pagamos a energia e depois é feito um encontro de contas. A partir dos outros 8 ou 10 anos, reverterá tudo para a instituição ou Associação onde estiverem instalados.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

Relativamente ao edifício Montalto, a ICOVI não comprou o edifício à família. Nós comprámos o edifício à Câmara Municipal da Covilhã.

Sobre o Jardim das Artes existe qui uma confusão, nós precisávamos de um projeto para fazermos a candidatura. Nós submetemos aquele projeto com as devidas alterações, que não irá levar aquelas obras megalómanas de arte, leva um parque de merendas, um skate parque; não iríamos mandar fazer um projeto de raiz, quando poderíamos aproveitar aquele que existia.

O levantamento topográfico é um trabalho que é de louvar, que é necessário para se fazerem as candidaturas, apesar de não sabermos se a candidatura abre ou não.”

Quanto à ADC, o Dr. João Marques respondeu “que ao nível da contratação e do pessoal, a ADC tem 121 elementos; no ano anterior tinha 118 elementos, contudo esta diferença deve-se à saída de 12 pessoas, 9 por aposentação e a contratação de 15 pessoas, 2 Técnicos Superiores para substituição das pessoas que estavam e 13 Assistentes Operacionais, nomeadamente 1 Operário de resíduos sólidos urbanos, 1 Canalizador e 11 pessoas para os Jardins. Essas pessoas têm a remuneração de acordo com a sua função, com um Contrato de um ano, renovável automaticamente. Quanto á repercussão das medidas diretamente na fatura tinha um resultado negativo transitado de -1.698.319 €; o resultado positivo deste ano levará, eventualmente a distribuição de dividendos poderá reverter em tarifas sociais, ou diretamente na tarifa. Compreendo e percebo a sua perspetiva e a nossa é a mesma, se pudéssemos baixar o contador e fazer repercutir diretamente na tarifa quando é feita a ligação, era o ideal; depois de ultrapassada a parte burocrática e legal, iremos fazer isso num futuro próximo.

Quanto à renda, não estamos a pagar na prática, porque a mudança feita para as instalações atuais, custou 93 mil euros à ADC e foi negociado um valor de renda de 2 mil euro/mês, pelo edifício onde é a sede e pela loja no edifício Montalto, foi combinado, por compensação que até Janeiro de 2010 não seria pago até perfazer esse valor, ou seja até 2017 esse valor está assumido à partida; pretendemos mudar as instalações da sede, porque as pessoas não estão bem ali.”

O Senhor Vereador José Pinto questionou ainda o seguinte: “sobre a ETAR da Boidobra, que liberta um cheiro nauseabundo na localidade, além de o projeto não estar completo, porque existia no projeto uma sebe de proteção para evitar esses tais cheiros. Eu sempre fui contra a localização e muito mais quanto à questão da parceria, que percebemos que é danosa para os interesses do Município.

Conseguiu-se evitar o aumento da fatura das taxas que era intenção do privado fazer; conseguiu-se contratar novos trabalhadores e será que o privado também deu o aval à contratação dos 15 que referiu? Esta dificuldade é a que eu tenho em perceber, por um lado a autonomia e bem, e por outro lado não há autonomia para baixar a fatura das taxas.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu lembrando que “tinha proposto uma nova metodologia, para a análise dessas matérias e por isso vou seguir esse meu princípio. Tenho já a disponibilidade dos Senhores Administradores, quer da Parkurbis, da ICOVI e da ADC e deslocar-me-ei aos vossos serviços e lá tirarei as dúvidas todas que necessitar. Quero realçar o aspeto positivo de virem aqui a uma reunião pública de Câmara a dar esclarecimentos possíveis da vida das Empresas Municipais; eu também reivindiquei que era importante ser informado da “vida” das empresas participadas. Penso que, vale mais tarde do que nunca, e podem implementar uma prática, que é o de regularmente, os Senhores Administradores, fazer chegar ao Órgão a indicação da vossa atividade.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

Felicita-los pelas informações e pela forma como deram as explicações solicitadas.”

O Senhor Vice-Presidente questionou ao Dr. Carlos Mineiro, Administrador Executivo da ICOVI: “O que é a Imobiliária Entre Serras, que empresa é esta?”

Referiu ainda que “quando decidimos alugar o espaço Montalto, apesar de estarmos em negociações para a sua aquisição, alguns criticaram o valor da renda, mas a verdade é que a ADC irá pagar renda do espaço que ocupa, com retroativos, desde o dia da inauguração do Balcão Único e em breve celebraremos o Contrato de subaluguer e dizer que a tal renda exorbitante, não iremos ficar propriamente de borla, mas quando tivermos os espaços ocupados nas arcadas do Município, ficaremos com uma renda diminuta do Balcão Único. O que nós fizemos foi ocupar um espaço que é de todos nós, um espaço nobre, o Café Montalto, que faz parte da história da Covilhã.

Temos que pensar mais no presente e perspetivar o futuro, mas não podemos esquecer o passado. Foi uma mais valia alugar aquele espaço e, certamente, num futuro breve seremos proprietários daquele espaço. Depois da venda do edifício à ICOVI espero e exijo rapidez, ao Dr. Carlos Mineiro, para que a obra se inicie o mais rapidamente possível.”

O Senhor Dr. Carlos Mineiro respondeu que “há pouco quando referi a empresa Entre Serras, é uma imobiliária, que já fechou, que era propriedade do Senhor Dr. Domingos Beato e foi esta empresa que ganhou o primeiro concurso e subempreitou a outras empresa com capacidade para o fazer, não tendo sido respeitadas as normas obrigatórias e por isso estão a dar problemas, quer ao nível da instalação, quer ao nível da construção onde foram instalados.

Relativamente ao projeto, o Estudo Prévio está feito, vamos entregar o projeto e rapidamente se iniciarão as obras.”

Retomou a palavra o Senhor Vice-Presidente dizendo que “neste Município é tudo transparente e que os Técnicos estão prontos para receber qualquer um dos Senhores Vereadores.

Informo ainda que o Município acabou de vender uma habitação, na Quinta da Alâmpada, Lote 77, no seguimento de uma estratégia que nós há 8 meses iniciámos, enviámos uma carta para todos os inquilinos do Município, e já vendemos algum património, que permite encaixar algum valor, que será direcionado para a reabilitação da habitação social.”

O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira acrescentou às questões colocadas pelo Senhor Vereador José Pinto, dizendo: “o Relatório de Contas da ADC está na página da internet acessível, as informações que estiveram na nossa apresentação, constam desse relatório, que foi aprovado, com o parecer do ROC e não há por isso razão nenhuma para por em causa a veracidade do que foi referido.

Relativamente aos trabalhadores, eles foram selecionados tendo em conta e experiência que tinham nas áreas para as quais foram contratados; o processo também está lá disponível, foi decidido em Conselho de Administração, numa altura em que o Conselho de Administração era 100% público, no entanto todas essas decisões foram ratificadas, sem tirarem uma vírgula por parte do parceiro privado, o que quer dizer que os processos foram muito transparentes e muito claros do ponto de vista dos assuntos.

A estratégia do Município passa por trabalhar em várias frentes, nesta questão da água, porque quando temos um problema complexo, não podemos ter apenas uma estratégia. Temos várias estratégias. O Dr. João Marques explicou uma estratégia, o Senhor Presidente

explicou outra e existem mais estratégias, porque o problema é efetivamente complexo. Tem a ver com algo que o Senhor Vereador conhece, ao qual o partido pelo qual foi eleito tem feito intervenções bastante positivas, na Assembleia Municipal, que mostra claramente que tem conhecimento destas práticas e inclusivamente no que tem acontecido noutros Municípios e, por isso, é necessário perceber o que se está a passar.

Sobre a questão dos ecopontos, nós temos consciência que eles são insuficientes, mas num ano e três meses, nunca se colocaram tantos ecopontos novos no concelho da Covilhã.

Relativamente à limpeza, tem-se feito um esforço com a capacidade operacional ganha, nesta opção de internalização dos serviços de jardim; ganhamos capacidade de intervenção em espaços que nunca antes foram intervencionados.”

A Câmara tomou conhecimento.

c) ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM

I. Contrato-Programa das Infraestruturas Municipais

Presente minuta de Contrato-Programa das Infraestruturas Municipais a celebrar com a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, para lhe atribuir as competências de gestão e de manutenção de diversas infraestruturas desportivas e culturais municipais, nomeadamente a Piscina Municipal, Piscina Praia da Covilhã, Complexo Desportivo da Covilhã, e o Lote de Terreno designado por “Jardim das Artes”, sendo previsível que outras infraestruturas municipais possam vir a integrar este Contrato Programa, pelo período de 20 anos após assinatura do mesmo.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que 20 anos de concessão eram exagerados, apesar de a empresa ser municipal, mas questionou do porquê de tantos anos e se a ICOVI perspetiva adquirir o pavilhão desportivo do Paul, uma vez que essa infraestrutura é também municipal. Questionou ainda, “não tendo a ICOVI as condições humanas suficientes para fazer a manutenção destes imóveis, com que meios os vai gerir?”

O Senhor Vereador Pedro Farromba disse “que em relação ao prazo, parece-me exagerado, que é demasiado tempo. Percebemos hoje que não existe grande comunicação entre a Câmara e a ICOVI, pelo que foi dito pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, face ao concurso que falámos, respeitante à Pousada.”

O Senhor Presidente respondeu que “estamos perante uma empresa que é 100% detida pelo Município e não é uma decisão irreversível, e qualquer executivo que no futuro entenda que é mais ajustado alterar o prazo, altera-se o prazo.”

A Senhora Diretora Graça Robbins acrescentou que “a questão dos 20 anos colocou-se a seu pedido, uma vez que a ICOVI candidatou a Fundos Comunitários a gestão das infraestruturas e um dos elementos que é solicitado pelos Fundos Comunitários, é o período de gestão e duração, que são exigíveis 20 anos.”

O Senhor Presidente referiu ainda que “quer seja por exigências do Quando Comunitário de apoio ou quer seja por outra razão mais pragmática, não é nada de irreversível. Contudo, e relativamente às questões solicitadas pelo Senhor Vereador José Pinto dizer que a ICOVI está vocacionada para a gestão das infraestruturas, com mais ou menos pessoal, com a ajuda ou sem ajuda dos funcionários do Município, a verdade é que há uma série de infraestruturas, umas que já fazem parte, outras que poderão vir a fazer parte, como por exemplo o pavilhão da Inatel e outras infraestruturas que entrem para o domínio municipal podem ser geridas pela ICOVI. Faz todo o sentido que, cada vez mais, a ICOVI passe a tomar conta destas infraestruturas.”

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou aprovar a minuta e a celebração do Contrato-Programa das Infraestruturas Municipais com a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, para lhe atribuir as competências de gestão e de manutenção de diversas infraestruturas desportivas e culturais municipais, nomeadamente a Piscina Municipal, Piscina Praia da Covilhã, Complexo Desportivo da Covilhã, e o Lote de Terreno designado por “Jardim das Artes”, sendo previsível que outras infraestruturas municipais possam vir a integrar este Contrato Programa, pelo período de 20 anos após assinatura do mesmo.

Foi feita declaração de voto pelo Senhor Vereador Pedro Farromba: “Abstive-me, por considerar que o prazo de concessão é demasiado dilatado”.

II. Contrato de Comodato da Piscina Praia

Presente minuta do Contrato de Comodato de cedência a título gratuito da Piscina-Praia da Covilhã, inscrita na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o n.º 123 e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00568 / 16102004 da extinta freguesia de Santa Maria, a celebrar com a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, pelo período de 20 (vinte) anos, documento apenso à ata.

O Senhor Vereador Predo Farromba disse que considera o Contrato de Comodato demasiado vago, que é pouco explícito, em relação áquilo que devem ser os objetivos da Piscina Municipal e questionou se existe a possibilidade de o Contrato ter outro tipo de especificidade e pormenorizar aquilo que deve ser a atividade que a ICOVI vai realizar na piscina e se é possível fazer-se um Contrato com um prazo inferior.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba, deliberou aprovar a minuta e a celebração do Contrato de Comodato de cedência a título gratuito da Piscina-Praia da Covilhã, inscrita na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o n.º 123 e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00568 / 16102004 da extinta freguesia de Santa Maria com a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, pelo período de 20 anos após assinatura do mesmo, na sequência da aprovação do Contrato-Programa das Infraestruturas Municipais.

Foi feita declaração de voto pelo Senhor Vereador Pedro Farromba: “Abstive-me, por considerar que o prazo de concessão é demasiado dilatado”.

- d) **Elaboração de Regulamentos Municipais - Início do Procedimento, ao abrigo do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro**
- I. **Regulamento Municipal de Cedência Temporária de Equipamentos e Mobiliário do Município da Covilhã**
 - II. **Regulamento Municipal de Parques Infantis, Jardins Públicos, Circuitos de Manutenção e Zonas Verdes do Município da Covilhã**
 - III. **Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Mérito do Município da Covilhã**
 - IV. **Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município da Covilhã (alteração)**
 - V. **Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município da Covilhã**
 - VI. **Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã**

Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara dando conta que determina o n.º 1 do artigo 98.º do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que o início do procedimento de elaboração de um regulamento seja publicitado no sítio do Município na Internet, com a indicação do Órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

O Senhor Presidente solicitou à Senhora Diretora Dr.ª Graça Robbins que esclarece-se este ponto, ao qual ela respondeu: “Com a entrada em vigor do Novo Código de Procedimento Administrativo, foi criado um novo procedimento para a aprovação de Regulamentos Municipais, com a introdução de um Início de Procedimento. O que vai resultar desta deliberação de Câmara, é que vão ser publicitados os 6 Avisos do Senhor Presidente, sobre os Regulamentos aqui em apreço, no Boletim Municipal e no sítio da internet do Município, a dar conta de que há intenção do Órgão de fazer estes Regulamentos.

Vamos dar 10 dias para que venham ao procedimento os interessados, os que se querem constituir como tal; em fase posterior da audição de interessados, só os que vierem a constituir-se como interessados é que poderão ser ouvidos e vamos dar 15 dias para que os mesmos venham contribuir para a elaboração dos projetos de Regulamentos. Estes documentos estão aqui como documentos iniciais de pré-procedimento, para posteriormente voltarem ao órgão com os contributos dados pela população.”

O Senhor Vereador José Pinto reafirmou “a pertinência dos serviços para também trabalharem no Regulamento da Habitação Social e no Regulamento sobre a atribuição de subsídios. Eu sei que há quem não lhe interesse que esses Regulamentos existam, mas é minha convicção que serviríamos muito melhor os possíveis interessados, se tivéssemos um Regulamento da atribuição de subsídios e de habitação social.

Relativamente ao ponto I – cedência de equipamentos a privados – alerta porque criamos aqui alguma injustiça se não for para situações excecionais, como por exemplo a cedência de

viaturas adaptadas, etc., porque se vamos generalizar podem alguns destes interessados ganhar dinheiro, por exemplo no aluguer de tendas e as Associações normalmente não têm fins lucrativos. Temos que ter algum cuidado, porque podemos criar injustiças ou então tornar mais claro o artigo 8.º, no que respeita à cobrança de horas, para os motoristas que conduzem as viaturas municipais.

No Regulamento de Parques Infantis, Jardins Públicos e afins, temos que ter em conta aquilo que lá está escrito e no que respeita aos canídeos, refere os locais para que os utentes utilizem sacos para apanhar os dejetos dos animais, penso que isso já deveria de existir nas diferentes zonas verdes, mas acho que a Câmara não deverá suportar o custo do fornecimento desses sacos, bem como um local próprio para esse efeito.

Quanto ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município da Covilhã, no artigo 22.º, penso que deveríamos ter algum cuidado, mas obrigar a que as Juntas de Freguesias procedam à manutenção das placas de toponímia, apesar de a Lei assim o definir, quando quem decide a atribuição desse mesmo nome, não é a Freguesia, é a Comissão de Toponímia que atribui os nomes às ruas, praças, etc., portanto, a manter-se tal como está aqui proposto, penso que devíamos ter em conta a possibilidade de rever o quadro dos apoios às Freguesias, para esse fim.”

A Câmara, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e no âmbito da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro deliberou:

- I. Dar início ao procedimento de elaboração dos seguintes Regulamentos Municipais:**
 - Regulamento Municipal de Cedência Temporária de Equipamentos e Mobiliário do Município da Covilhã
 - Regulamento Municipal de Parques Infantis, Jardins Públicos, Circuitos de Manutenção e Zonas Verdes do Município da Covilhã
 - Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Mérito do Município da Covilhã
 - Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município da Covilhã (alteração)
 - Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município da Covilhã
 - Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã
- II. Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração dos projetos de regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.**
- III. Que a constituição como interessados seja requerida no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da publicação do início do procedimento, e apresentação de contributos no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da mesma data.**
- IV. Que se proceda à publicitação do início do procedimento no sítio do Município na Internet, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA.**

e) Constituição da Comissão Municipal de Proteção Civil e Regulamento de Funcionamento

Presente Proposta do Senhor Vereador Joaquim Matias, datada de 11/05/2015, propondo a aprovação da Constituição da Comissão Municipal de Proteção Civil e Regulamento de Funcionamento, documento apenso à ata.

A Câmara deliberou aprovar a constituição da Comissão Municipal de Proteção Civil, integrada pelos seguintes membros constituintes:

- a. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã ou Vereador com o Pelouro da Proteção Civil;
- b. Comandante do Corpo de Bombeiros da Covilhã ou outro elemento com delegação prévia do Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã;
- c. Representante da Polícia de Segurança Pública;
- d. Representante da Guarda Nacional Republicana;
- e. Representante das Juntas de Freguesia do concelho eleito, para o efeito, na Assembleia Municipal;
- f. Delegado de Saúde do concelho da Covilhã;
- g. Representante do Centro Hospitalar da Cova da Beira;
- h. Representante do Centro de Saúde da Covilhã;
- i. Representante dos Serviços da Segurança Social e Solidariedade;
- j. Representante das Estradas de Portugal (Centro de Limpeza da Neve);
- k. Representante da EDP;
- l. Representante da ADC – Águas da Covilhã, EM;
- m. Representante das entidades distribuidoras de gás canalizado;
- n. Representante dos Agrupamentos de Escolas do concelho;
- o. Representante dos Agrupamentos de Escuteiros existentes no concelho;
- p. Representante das IPSS do concelho;
- q. Representante da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Covilhã;
- r. Dependendo da gravidade e da tipicidade da ocorrência, poderão ser chamados a integrar, permanentemente, a CMPC, representantes de outras entidades como a PT, a REN, a EDP, a Direção Regional de Agricultura e Pescas – Centro (DRAPC), o INAG, entre outras.

Mais deliberou, aprovar o Regulamento de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil.

- f) Proposta para a Constituição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos e remessa para a Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea i), do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL**

Presente Proposta do Senhor Vereador Joaquim Matias, datada de 11/05/2015, propondo a aprovação da constituição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos do Concelho da Covilhã, documento apenso à ata.

A Câmara deliberou aprovar a constituição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos do Concelho da Covilhã, integrando os seguintes membros constituintes:

- a. O Presidente da Câmara Municipal;**
- b. O Vereador responsável pelo pelouro da Segurança;**
- c. O Vereador responsável pelo pelouro da Educação;**
- d. O Presidente da Assembleia Municipal;**
- e. O presidente da Comissão Permanente da Assembleia Municipal;**
- f. Dois Presidentes de Junta de Freguesia a designarem pela Assembleia Municipal, com respeito do princípio da representação proporcional, devendo no entanto, estar representados Presidentes de todas as forças políticas;**
- g. Comandante da PSP Covilhã ou um substituto legal emanado pelo próprio Comandante;**
- h. Comandante da GNR Covilhã ou um substituto legal emanado pelo próprio Comandante;**
- i. Um Técnico do serviço Municipal de Proteção Civil;**
- j. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã ou um substituto legal emanado pelo próprio Comandante;**
- k. O representante do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência;**
- l. Um representante da Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor;**
- m. Um representante dos Agrupamentos Escolares do Município;**
- n. Um representante das Associações de Pais dos Agrupamentos Escolares do Município;**
- o. Um representante do Centro de Saúde da Covilhã;**
- p. Um representante do Centro Hospitalar da Cova da Beira;**
- q. Três cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal.**

Mais deliberou, remeter à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea i), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

g) Minuta de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis

Presente minuta de contrato de delegação de competências com Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, para aprovação, com a transferência financeira no valor de 3.480,00 € + IVA, para proceder à realização de trabalhos de reconstrução de um troço de muro de suporte de terras ao caminho de acesso à ETAR, documento apenso à ata.

A Câmara deliberou aprovar a celebração de protocolo de delegação de competência com a Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, com a transferência financeira no valor de 3.480,00 € + IVA, para a realização de trabalhos de reconstrução de um troço de muro de suporte de terras ao caminho de acesso à ETAR.

Mais deliberou, remeter o contrato de delegação de competências à Assembleia Municipal da Covilhã, para efeitos de autorização ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

h) Proposta de alienação do conjunto de 5 (cinco) prédios urbanos inscritos na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o n.º 288, 290, 292, 294 e 4.635 e descritos na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 583, 569, 585, 584 e 886, da Freguesia da Conceição, pelo valor total de 37.500,00€.

Presente informação n.º 110, do Serviço de Património Municipal, datada de 21/05/2015, propondo a alienar por 37.500,00€, ao Senhor Joaquim de Almeida, NIF 137288476, o conjunto de 5 (cinco) prédios urbanos inscritos na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o n.º 288, 290, 292, 294 e 4.635 e descritos na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 583, 569, 585, 584 e 886, da Freguesia da Conceição e, proceder à Escritura ou Documento Particular Autenticado de compra e venda, mandatando o Senhor Vice-Presidente, Carlos do Carmo Martins, com o pelouro do Património para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura, documento apenso à ata.

A Câmara, nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar a alienação ao Senhor Joaquim de Almeida, NIF 137288476, o conjunto de 5 (cinco) prédios urbanos inscritos na matriz urbana da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso sob o n.º 288, 290, 292, 294 e 4.635 e descritos na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 583, 569, 585, 584 e 886, da Freguesia da Conceição, que se encontram em estado de ruína, pelo valor de 37.500,00€.

Mais deliberou proceder à Escritura ou Documento Particular Autenticado de compra e venda, mandatando o Senhor Vice-Presidente, Carlos do Carmo Martins, com o pelouro do Património para, em representação do Município, outorgar e assinar a respetiva escritura.

- i) **Doação à Freguesia do Paul, pelo valor patrimonial tributário de 422,58€, o prédio com 1.037,00 m², inscrito na matriz rústica com o n.º 1.043 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob n.º 1.226 da Freguesia do Paul; e pelo valor patrimonial tributário de 30.140,00€, o prédio com 987,00 m², inscrito na matriz urbana com o n.º 1.747, a destacar da descrição predial da Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1.226 da Freguesia do Paul e não oposição à escritura de justificação de titularidade a realizar pela Freguesia do Paul, referente ao artigo rústico n.º 1.508, com área de 480 m², e não descrito na Conservatória do Registo Predial**

Presente informação 2091, do Serviço do Património Municipal, datada de 11/05/2015, propondo doar à Freguesia do Paul os seguintes prédios:

1. Pelo valor patrimonial tributário de 422,58€, o prédio com a área 1.037,00 m², inscrito na matriz rústica com o n.º 1.043 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob n.º 1.226 da Freguesia do Paul e pelo valor patrimonial tributário de 30.140,00€, o prédio com a área de 987,00 m², inscrito na matriz urbana com o n.º 1.747, a destacar da descrição predial da Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1.226 da Freguesia do Paul; e
2. Não se opor à escritura de justificação de titularidade a realizar pela Freguesia do Paul, referente ao artigo rústico n.º 1.508, com área de 480 m², e não descrito na Conservatória do Registo Predial

O Senhor Vereador Joaquim Matias alertou para o facto do edifício, onde está sediado o Quartel da Quarta Seção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, não ter licença de utilização. Que existe um conjunto de problemas que têm que ser resolvidos, para fazer face às dificuldades existentes, necessitando da celebração de um Protocolo de Colaboração com a Câmara Municipal.

A Câmara, nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar a doação à Freguesia do Paul, pelo valor patrimonial tributário de 422,58€, o prédio com a área de 1.037,00 m², inscrito na matriz rústica com o n.º 1.043 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob n.º 1.226 da Freguesia do Paul e pelo valor patrimonial tributário de 30.140,00€, o prédio com a área 987,00 m², inscrito na matriz urbana com o n.º 1.747, a destacar da descrição predial da Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1.226 da Freguesia do Paul.

Mais deliberou, não se opor à escritura de justificação de titularidade a realizar pela Freguesia do Paul, referente ao artigo rústico n.º 1.508, com área de 480 m², e não descrito na Conservatória do Registo Predial.

- j) **Propostas para acionar a cláusula de reversão de lotes na ZIT - Zona Industrial do Tortosendo – Lotes n.ºs 36, 38, 55, 39, 61, 63, 66, 78, 79, 81, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 102, 113, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135 e 136**

O Senhor Vereador José Pinto referiu que “aqui venderam-se lotes a imobiliárias, e quando isso acontece tenho algumas dúvidas que seja para ali instalar empresas.

Os anteriores executivos alienaram lotes a imobiliárias e portanto esperemos que com esta reversão, efetivamente não se corra erros desta natureza.

Já aqui foi falado para se pensar na criação de uma 3.ª fase dos Parques Industriais e pergunto, se nós conseguirmos a reversão destes lotes, vamos ter aqui disponíveis 31 lotes, e tendo em conta o momento que se vive, a concretizar-se esta reversão, se temos que já estar em pensar nessa necessidade. Foram alienados lotes a empresas muito importantes no nosso concelho e que nunca cumpriram com os Regulamentos, que agora a Câmara está a fazer.”

O Senhor Presidente agradeceu a sua intervenção, nomeadamente em evidenciar que “a boa política de gestão de um Parque Industrial não é, uma vez construídas as infraestruturas e criados os lotes, não é vendê-los a imobiliárias, nem a privados. É ficarem no domínio do Município, para que o Município possa de uma forma competitiva, ter-mos na nossa posse lotes para que possamos, a preços competitivos, competindo com outros Municípios, no sentido de podermos ou gratuitamente ou a um preço simbólico disponibilizar os lotes para criar emprego. Se há crítica que nós podemos formular no domínio da gestão dos Parques Industriais, é efetivamente essa, é que no passado, criámos um parque, criámos lotes, mas depois andámos a fazer especulação imobiliária para arrecadar dinheiro, para “deitar foguetes” para ganhar eleições, em vez de termos à nossa disponibilidade lotes para os podermos disponibilizar às empresas, para se fixarem e cá termos as empresas e fixarmos as pessoas no nosso território.

Os proprietários destes lotes, em apreço, não são os primitivos adquirentes, são já sub-adquirentes e isso significa na prática que eles entraram na propriedade destes lotes já por via da venda por outros que os adquiriram originariamente. Isso coloca-nos uma dificuldade, ou seja, o acionamento da cláusula de reversão é judicial, é mais complexa, leva mais tempo, daí que eu tenha pedido ao Senhor Vice-Presidente que reúna individualmente, com cada um dos titulares destes lotes, no sentido dos sensibilizar para a irreversibilidade desta situação, que será uma questão de tempo, no sentido de nos disponibilizarem desde já esses lotes, sob pena de acionarmos a ação que, no fundo, é esse o objetivo.”

▪ **Lote n.º 36 - Carlos Alberto Caldas Santos Barata**

Presente informação n.º 2619, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.08, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 36, com área de 3.616,85 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.590 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01719/24082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar o Senhor Carlos Alberto Caldas Santos Barata da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 36.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 36, com área de 3.616,85 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.590 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01719/24082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Carlos Alberto Caldas Santos Barata, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Lote n.º 38 - Carlos Alberto Caldas Santos Barata**

Presente informação n.º 2633, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.09, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 38, com área de 4.675,27 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.592 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01721/24082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar o Senhor Carlos Alberto Caldas Santos Barata da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 38.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 38, com área de 4.675,27 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.592 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01721/24082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Carlos Alberto Caldas Santos Barata, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Lote n.º 39 - Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda.**

Presente informação n.º 2512, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.04, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 39, com área de 3.853,72 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.593 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01722/24082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar a Imobiliária Penhas da Saúde, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 39.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 39, com área de 3.853,72 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.593 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01722/24082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Lote n.º 55 - Segmentperfil - Alumínios, Lda.**

Presente informação n.º 2637, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.09, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 55, com área de 1.718,96 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.621 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01746/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar a Segmentperfil - Alumínios, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 55.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 55, com área de 1.718,96 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.621 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01746/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Segmentperfil – Alumínios, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Lote n.º 61 - Pentágono Perfeito – Gestão Imobiliária SA**

Presente informação n.º 2479, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 61, com área de 3.583,27 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.677 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01752/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar a Sociedade Pentágono Perfeito – Gestão Imobiliária SA, da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 61.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 61, com área de 3.583,27 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.677 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01752/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Pentágono Perfeito – Gestão Imobiliária SA, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Lote n.º 63 - Lídia Marta Terras da Silva**

Presente informação n.º 2470, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 63, com área de 2.733,93 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.629 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01754/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Lídia Marta Terras da Silva da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 63.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 63, com área de 2.733,93 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.629 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01754/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Lídia Marta Terras da Silva da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Lote n.º 66 - Marco Joaquim Terras da Silva**

Presente informação n.º 2472, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 66, com área de 3.189,61 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.632 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01757/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Marco Joaquim Terras da Silva da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 66.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 66, com área de 3.189,61 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.632 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01757/30082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Marco Joaquim Terras da Silva, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 78**

Presente informação n.º 2518, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.04, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 78, com área de 2.655,60 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.634 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01664/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 78.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 78, com área de 2.655,60 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.634 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01664/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 79**

Presente informação n.º 2527, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 79, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.635 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01665/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 79.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 79, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.635 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01665/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 81**

Presente informação n.º 2530, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 81, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.635 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01665/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 81.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 81, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.637 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01667/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 83**

Presente informação n.º 2532, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 83, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.639 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01669/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 83.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 83, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.639 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a

descrição n.º 01669/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 85**

Presente informação n.º 2535, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 85, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.641 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01671/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 85.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 85, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.641 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01671/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 87**

Presente informação n.º 2537, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 87, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.643 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

01673/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 87.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 87, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.643 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01673/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 88**

Presente informação n.º 2540, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 88, com área de 2.021,16 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.644 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01674/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 88.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 88, com área de 2.021,16 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.644 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01674/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 89**

Presente informação n.º 2542, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 89, com área de 2.002,84 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.645 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01675/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 89.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 89, com área de 2.002,84 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.645 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01675/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **José Guilherme de Matos Paiva, Lote n.º 90**

Presente informação n.º 2652, do Serviço de Património, datada de 05.06.2015^a, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 90, com área de 2.161,17 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.747 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01841/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar o atual proprietário, José Guilherme de Matos Paiva e a BEIRATÊMPRA – Sociedade de Vidro Temperado da Beira Interior, Lda., na qualidade de vendedora do mesmo, da deliberação e informar que no referido lote não lhe será autorizada qualquer construção;

Deliberou ainda, instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para a obtenção da reversão do lote n.º 90.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 90, com área de 2.161,17 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.747 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01841/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, José Guilherme de Matos Paiva, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Joaquim Dias da Costa, Lote n.º 102**

Presente informação n.º 2478, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 102, com área de 2.429,90 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.757 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01851/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Joaquim Dias da Costa da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 102.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 102, com área de 2.429,90 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.757 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01851/12062001, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Joaquim Dias da Costa, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Imobiliária Penhas da Saúde, Lda., Lote n.º 113**

Presente informação n.º 2468, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 113, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.662 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

01693/11082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Imobiliária Penhas da Saúde, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 113.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 113, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.662 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01693/11082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Imobiliária Penhas da Saúde, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **COVISERRA – Comércio e Distribuição de Produtos Regionais, Lda., Lote n.º 118**

Presente informação n.º 2464, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 118, com área de 2.215,00 m², resultante da permuta com o Lote n.º 115, sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.667 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01693/11082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Imobiliária Penhas da Saúde, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 118.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 118, com área de 2.215,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.667 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01693/11082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, COVISERRA – Comércio e Distribuição de Produtos Regionais, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Romeu Romano Lopes, Lote n.º 122**

Presente informação n.º 2471, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.03, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 122, com área de 2.732,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.671 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01702/11082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Imobiliária Penhas da Saúde, Lda. da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 122.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 122, com área de 2.732,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.671 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01702/11082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Herdeiros de Romeu Romano Lopes, da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 123**

Presente informação n.º 2545, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 123, com área de 2.002,84 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.646 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01676/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 123.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 123, com área de 2.002,84 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.646 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01676/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 124**

Presente informação n.º 2548, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 124, com área de 1.455,80 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.647 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01677/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 124.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 124, com área de 1.455,80 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.647 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01677/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 125**

Presente informação n.º 2550, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 125, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.648 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01678/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 125.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 125, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.648 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01678/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 127**

Presente informação n.º 2587, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 127, com área de 2.002,84 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.650 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01680/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 127.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 127, com área de 2.002,84 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.650 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01680/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 128**

Presente informação n.º 2588, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 128, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.651 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01681/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 128.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 128, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.651 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01681/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 129**

Presente informação n.º 2589, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 129, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.652 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01682/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 129.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 129, com área de 2.030,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.652 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a

descrição n.º 01682/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 130**

Presente informação n.º 2590, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 130, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.653 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01683/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 130.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 130, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.653 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01683/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 132**

Presente informação n.º 2591, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 132, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.655 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

01685/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 132.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 132, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.655 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01685/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

- **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., Lote n.º 134**

Presente informação n.º 2593, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 134, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.657 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01687/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 134.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 134, com área de 1.510,00 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.657 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01687/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

▪ **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda.,
Lote n.º 135**

Presente informação n.º 2654, do Serviço de Património Municipal, datada de 09.06.2015, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 135 com área de 2.289,32 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.658 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01688/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar o proprietário, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação;

Instaurar o processo de contenciosos, caso seja necessário, para a obtenção da reversão do lote n.º 135.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 135 com área de 2.289,32 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.658 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01688/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, a proprietária do citado lote, Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, instaurar o processo de contenciosos, caso seja necessário, para a obtenção da reversão do lote n.º 135.

▪ **Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda.,
Lote n.º 136**

Presente informação n.º 2594, do Serviço de Património Municipal, datada de 2015.06.05, propondo para aprovação acionar a reversão do lote n.º 136, com área de 1.507,52 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.659 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01689/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda;

Notificar Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da deliberação; e

Instaurar processo de contencioso, caso seja necessário, para efeitos de reversão do lote n.º 136.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar acionar a reversão do lote n.º 136, com área de 1.507,52 m², sito em Garroncheiro, na Zona Industrial do Tortosendo, inscrito na matriz urbana da freguesia do Tortosendo sob o n.º 2.659 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a descrição n.º 01689/16082000, tendo por base o não cumprimento das cláusulas insertas na escritura de compra e venda.

Mais deliberou, notificar o proprietário do citado lote, o proprietário Sociedade Campos e Campos – Compra e Venda de Propriedades, Lda., da respetiva deliberação, para efeitos de celebração de escritura de distrate.

Deliberou ainda, caso seja necessário, instaurar o competente processo de contencioso, para efeitos de reversão do lote.

k) Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações:

- Freguesia do Dominguiso - Prédio para a Praia Fluvial

Presente minuta de Protocolo de cedência de instalações, em regime de comodato, a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguiso, das instalações constituídas pelo prédio da Praia Fluvial do Dominguiso, sito na Ladeira do Porto, com área total de 21.685,00 m², inscrito na matriz urbana da Freguesia do Dominguiso sob o n.º 874 e escrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 264 da Freguesia do Dominguiso.

A Câmara deliberou aprovar e celebrar o Protocolo de Cedência de Instalações em regime de comodato entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguiso, das instalações constituídas pelo prédio para a Praia Fluvial do Dominguiso, sito na Ladeira do Porto, com área total de 21.685,00 m², inscrito na matriz urbana da Freguesia do Dominguiso sob o n.º 874 e escrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 264 da Freguesia do Dominguiso.

Mais deliberou ceder a título gratuito e sem comportar o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras pela representada da segunda contraente.

l) Minuta de Acordo escrito para utilização de terreno sito na Rua 6 de Setembro e Rua Dr. José Alberto Rato para Horta Urbana

Presente informação n.º 60 e 105, do Serviço do Património Municipal, datadas de 09/03/2015 e 11/05/2015, propondo aprovar as minutas de Acordo Escrito a celebrar com os Senhores José Pardal Duarte Mineiro e Joaquim Frederico dos Santos Geada, referente à cedência temporária e gratuita das parcelas de terreno da Rua 6 de Setembro e Rua Dr. José Alberto Rato, para criação de horta social e proceder à assinatura do Acordo escrito, mandatando o Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira, a outorgar e assinar o respetivo documento, podendo no mesmo prestar as declarações que melhor entender.

A Câmara deliberou aprovar as minutas de Acordo Escrito a celebrar com os Senhores José Pardal Duarte Mineiro e Joaquim Frederico dos Santos Geada, referente à cedência temporária e gratuita das parcelas de terreno da Rua 6 de Setembro e Rua Dr. José Alberto Rato, para criação de horta social.

Mais deliberou, proceder à assinatura do Acordo escrito, mandatando o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira, a outorgar e assinar o respetivo documento, podendo no mesmo prestar as declarações que melhor entender.

m) Acordo de Colaboração para a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Marca NATURAL.PT

Presente para ratificação, Acordo de Colaboração para a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Marca NATURAL.PT, celebrado entre o Município da Covilhã e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A Câmara deliberou ratificar o Acordo de Colaboração para a Plataforma Local de Operacionalização e Gestão da Marca NATURAL.PT, celebrado entre o Município da Covilhã e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

n) Pagamento de indemnização

Presente participação interna de âmbito de Responsabilidade Civil, devido ao acidente ocorrido com o colaborador CEI, Senhor José Fernando Ferraz de Sousa, que participou a quebra da lente do lado direito dos seus óculos, devido à projeção de uma pedra quando se procedia à desmatação de terreno no Complexo Desportivo, propondo os serviços uma indemnização no valor de 40,00€, de acordo com o respetivo orçamento, devido ao seguro de responsabilidade civil de exploração subscrito pelo Município, na Companhia de Seguros Fidelidade, SA, ter uma franquia, por sinistro, de 250,00€.

A Câmara, nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar o pagamento da indemnização, no valor de 40,00 €, ao Senhor José Fernando Ferraz de Sousa para reparação dos seus óculos.

o) Sinistralidade automóvel

Presente a informação nº 2390, do Serviço de Património Municipal, datada de 29/05/2015, sobre a sinistralidade automóvel dos veículos municipais no mês Maio, informando que não se efetuaram participações na apólice do Ramo Automóvel.

A Câmara tomou conhecimento.

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções Provisórias

- Empreitada de demolição parcial de um edifício sito na Rua Gregório Geraldes, N.ºs 29 a 31, Covilhã

Presente o auto de receção provisória da empreitada de demolição parcial e um edifício na Rua Gregório Geraldes, n.º 29 a 31, Covilhã, onde se conclui poder ser recebida parcialmente.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção provisória parcial da empreitada de demolição parcial de um edifício sito na Rua Gregório Geraldes, n.º 29 a 31, Covilhã.

- Empreitada de Recuperação de Edifícios – Rua Comendador Gomes Correia – Parcelas A13 e A14 – Covilhã

Presente o auto de receção provisória parcial da empreitada de recuperação de edifícios – Rua Gomes Correia – Parcelas A13 e A14 - Covilhã, onde se conclui poder ser recebida parcialmente.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção provisória parcial da empreitada de recuperação de edifícios – Rua Comendador Gomes Correia – Parcelas A13 e A14 – Covilhã.

- Obra de construção do Jardim Botânico de Montanha

Presente o auto de receção provisória parcial da empreitada da obra de construção do Jardim Botânico de Montanha, onde se conclui poder ser recebida parcialmente.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção provisória parcial da empreitada da obra de construção do Jardim Botânico.

b) Liberação de Cauções

- Contrato de Empreitada de remodelação no interior da Escola do 1.º Ciclo, em Sobral de S. Miguel

Presente auto de vistoria à obra supra indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 30 % da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras, autorizar a liberação de 30% da caução prestada no contrato de empreitada de remodelação no interior da Escola do 1.º Ciclo, em Sobral de S. Miguel.

- Contrato de Empreitada de fornecimento e aplicação de um teto falso para o edifício das divisões do Departamento de Obras

Presente auto de vistoria à obra supra indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 30 % da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras, autorizar a liberação de 30% da caução prestada no contrato de empreitada de fornecimento e aplicação de um teto falso para o edifício das divisões do Departamento de Obras.

- Contrato de Empreitada de Trabalhos de Alteração do Edifício do Mercado Municipal da Covilhã e Instalação de Ascensor

Presente auto de vistoria à obra supra indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 15 % da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras, autorizar a liberação de 15% da caução prestada no contrato de empreitada de trabalhos de alteração do edifício do Mercado Municipal da Covilhã e Instalação de Ascensor.

c) Plano de Segurança e Saúde da Empreitada da Alteração do Espaço da Sede do Arsenal de São Francisco

Presente para aprovação o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada da Alteração do Espaço do Arsenal de São Francisco.

A Câmara, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada da Alteração do Espaço da Sede do Arsenal de São Francisco.

d) Empreitada de Obras de Reparação de Zona de Circulação Pedonal do Cemitério do Paul – Atraso da obra – Aplicação de sanção

Presentes informações n.º 2498, da Divisão de Obras, datada de 04/06/2015, relativa à empreitada em epígrafe, na qual informa que as obras deveriam ter sido concluídas em 02 de Julho de 2014, pelo que existe um atraso no cumprimento do Plano de Trabalhos de 335 dias, pelo que se propõem, nos termos do n.º 1 do artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos a aplicação de uma sanção, no valor de 1.185,60 €.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aplicar ao responsável da empreitada de obras de reparação de zona de circulação pedonal do Cemitério do Paul, uma sanção no valor de 1.185,60 €, pelo incumprimento do prazo estabelecido.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Vistoria de Segurança e Salubridade – Processo n.º 1308/03 DIV

Presente Processo de Obras 1308/03 DIV, que nos termos da informação técnica propõe:

“6.1. Face ao risco iminente de ruína e grave perigo para a saúde pública, propõe-se:

a) Seja **declarado estado de necessidade e que**, ao abrigo do n.º 7 do artigo 90.º do RJUE **seja determinada a realização dos trabalhos de demolição (estritamente) necessários à manutenção da segurança e;**

b) **Esses trabalhos deverão ser iniciados no prazo de 10 dias úteis, com duração máxima de 60 dias úteis.**

6.2. O proprietário deverá transportar a vazadouro todo o material (resíduos) removido.

6.3. Quaisquer trabalhos de construção/reconstrução não incluídos na alínea a) do ponto 6.1. Deverão ser sujeitos a prévio controlo do município, nos termos do n.º 2 e 4 do artigo 4.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação em vigor.

6.4. Que, sem prejuízo do exposto em 4.4., mas considerando que a Direção Regional de Cultura do Centro se fez representar na vistoria realizada em 15-07-2014, **seja dado conhecimento do ato referido anteriormente à Direção Regional de Cultura do Centro.**

6.5. Que seja notificado o proprietário para cumprimento da decisão que recair sobre a proposta formulada em 6.1., dando-se ainda conhecimento do exposto em 6.2. e 6.3.

6.6. Que **em caso de incumprimento do determinado em 6.1. seja:**

a) Efetuada pelo Departamento de Obras e Planeamento a estimativa orçamental dos trabalhos determinados em 6.1., cujo valor deverá ser comunicado ao proprietário devendo avaliar-se o eventual recurso a contratação pública, caso o Município não disponha de meios para executar os trabalhos em causa.

b) **Determinada a posse administrativa**, alertando-se desde já que a obra deverá ser realizada pelo Município no mesmo prazo concedidos ao proprietário, caducando no termo fixado para o mesmo.

6.8. Que seja dado conhecimento ao grupo de trabalho do IMI para efeitos de **majoração da taxa aplicável nos termos do deliberado pela Assembleia Municipal, devendo a decisão ser comunicada a Autoridade Tributária e Aduaneira (Direção Geral de Imposto)**”, documento apenso.

A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou aprovar o cumprimento dos procedimentos da mesma.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Plano de Transportes Escolares do concelho da Covilhã – Ano Letivo 2015/2016

Presente informação n.º 2305, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, propondo a aprovação do Plano de Transportes Escolares do concelho da Covilhã – Ano 2015/2016.

A Câmara deliberou aprovar o Plano de Transportes Escolares do concelho da Covilhã para o Ano Letivo 2015/2016.

b) Programa Erasmus – Projeto covilha.forma – Proposta de atribuição de subsídios – 1.ª Fase

Presente informação n.º 2397, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, datada de 29/05/2015, propondo, no âmbito do Programa Erasmus+ – Projeto covilha.forma, seja atribuído o valor de 39.570,00€, para a 1.ª fase do Programa a realizar no período de 14/06/2015 a 12/09/2015, aos alunos da Escola Secundária Campos Melo, Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Escola Secundária Quinta das Palmeiras e Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa.

A Câmara deliberou aprovar a atribuição de subsídios para os 8 alunos selecionados na 1.ª Fase do programa Erasmus + - Projeto “Covilha.Forma”, no valor de 39.570,00€.

c) Minutas de Contratos de Delegação de Competências – Pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social

Presente proposta n.º 1533, do Senhor Vereador Jorge Torrão, datada de 02/04/2015, dando conta que no âmbito da delegação de competências nas Juntas de Freguesia para a contratação de colaboradores para assegurar o funcionamento da componente de apoio à família nos Jardim-de-infância e atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, no ano 2013, os montantes transferidos não incluíram o valor correspondente à taxa contributiva de 5% para a Segurança Social, devida nos termos do n.º 3 do art.º 151º do Código dos Regimes Contributivos, a que as entidades contratantes (Juntas de Freguesia) estavam sujeitas por força do disposto no art.º 140.º do mesmo Código, e que agora vêm reclamar, propondo a transferência dos montantes envolvidos, mediante a celebração de contratos de delegação, de harmonia com a minuta anexa, documento apenso à ata.

A Câmara, tendo por base a informação dos serviços, deliberou aprovar a celebração de contratos de delegação transferindo para as Juntas de Freguesia a seguir indicadas, o valor correspondente à taxa contributiva de 5% para a Segurança Social, nos termos do Código dos Regimes Contributivos, no valor total de 2.716,25 €.

Freguesias	Natureza do Serviço	Verba Total apurada de Taxa Contributiva
Aldeia de S. Francisco de Assis	Escola Básica do 1.º Ciclo da Aldeia de S. Francisco de Assis	344,31€
Dominguiso	Escolas Básicas 1.º Ciclo de Dominguiso	719,92€
Paul	Escola Básica do 1.º Ciclo de Paul	260,48€
S. Jorge da Beira	Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Jorge da Beira	493,27€
Orjais	Escola Básica do 1.º Ciclo de Orjais	607,30€
Unhais da Serra	Escola Básica do 1.º Ciclo de Unhais da Serra	290,97€

Mais foi deliberado remeter os contratos de delegação para aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

d) Minuta de Protocolo de Cedência de Instalações - Junta de Freguesia da Erada

Presente informação n.º 2273, do Senhor Vereador Jorge Torrão, datada de 2015.05.22, propondo a aprovação da minuta ao Protocolo de Cedência de Instalações à Junta de Freguesia da Erada, em regime de comodato, dos seguintes prédios:

- a) Escola do 1.º Ciclo da Erada, sita na Rua Nossa Senhora dos Milagres, prédio inscrito na matriz urbana sob o n.º 402 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1.077 da Freguesia da Erada;
- b) Ringue/parque desportivo contíguo ao edifício da Escola do 1.º Ciclo da Erada, prédio omissa na matriz urbana e não descrito na Conservatória do Registo Predial;
- c) Escola da Valada, sita na Rua de Santo António, prédio omissa na matriz urbana e não descrito na Conservatória do Registo Predial.

Pelo período de 10 (dez) anos, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, salvo por incumprimento de uma das partes, documento apenso à ata.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que o país, em particular o interior e o concelho da Covilhã, estão a sofrer com as diretivas do atual Governo. Aqui tínhamos um caso concreto, que resultou do “crime” que o atual Governo está a fazer ao país. Aquilo que se propõe, é de facto a cedência de instalações da antiga escola da Erada. Sabiam que este ano, só não serão encerradas mais, porque estamos em ano de eleições. Estavam elencadas mais algumas que as populações conseguiram travar, com a posição também da Câmara e das Juntas de Freguesia.

Questionando o Senhor Presidente que posição tomou ou que pensava tomar, quanto à possibilidade do encerramento das escolas como a da Coutada, de Orjais, de Vila do Carvalho, de Vales do Rio, de Cortes do Meio, etc., e alguns Jardins de Infância.

ATA DA REUNIÃO DE 12/06/2015

O Senhor Vereador Jorge Torrão respondeu “que já reuniu com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e já está agendada nova reunião para a próxima terça-feira, onde iremos tomar conta das últimas indicações; fizemos uma carta em conjunto com os Presidentes de Junta de Freguesia e os Diretores dos Agrupamentos, dando conta das nossas preocupações e no sentido de reforçar a nossa posição sobre o assunto.”

Informou, que na próxima semana se realizará a primeira reunião do Conselho de Educação, onde será abordado o assunto.

O Senhor Vereador Joaquim Matias afirmou que “ ao longo da sua vida autárquica sempre se debateu contra o encerramento de escolas no concelho da Covilhã. Este ano já diligenciei, junto do Senhor Diretor Geral, no sentido de não pensarem sequer, propor o encerramento de qualquer escola no concelho da Covilhã. Falei com o Senhor Secretário de Estado e a quem coloquei esta preocupação de, no concelho da Covilhã, não apresentarem qualquer proposta de encerramento de uma qualquer escola que seja. Fi-lo em defesa do concelho da Covilhã, das escolas públicas e dos cidadãos.”

O Senhor Vereador Jorge Torrão agradeceu todo o trabalho realizado pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, em defesa das nossas escolas do concelho, esperando que o Governo tenha sensibilidade para esta situação; “temos estado a fazer todos os possíveis, em contatos formais e documentados para, de seguida, com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e com os Diretores dos Agrupamentos dar “mais força”, para demonstrar ao Governo que de facto o quanto é desfavorável esta decisão de encerramento das escolas no interior do país.”

A Câmara, nos termos da informação dos serviços, deliberou aprovar e celebrar o Protocolo de Cedência de Instalações à Junta de Freguesia da Erada, em regime de comodato, pelo período de 10 (dez) anos, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, salvo por incumprimento de uma das partes, dos seguintes prédios:

- a) Escola do 1.º Ciclo da Erada, sita na Rua Nossa Senhora dos Milagres, prédio inscrito na matriz urbana sob o n.º 402 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1.077 da Freguesia da Erada;
- b) Ringue/parque desportivo contíguo ao edifício da Escola do 1.º Ciclo da Erada, prédio omissa na matriz urbana e não descrito na Conservatória do Registo Predial;
- c) Escola da Valada, sita na Rua de Santo António, prédio omissa na matriz urbana e não descrito na Conservatória do Registo Predial.

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e o Grupo Desportivo Teixosense

Presente minuta de Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal da Covilhã e o Grupo Desportivo Teixosense, tendo por objetivo apoiar as atividades previstas desenvolver no presente ano, de acordo com a candidatura apresentada ao PRODER, Subprograma 3, Ação 3.2.1 – “Conservação e Valorização do Património Rural”, através da atribuição de uma participação no valor de 15.000,00 €.

A Câmara deliberou aprovar o Protocolo de apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e o Grupo Desportivo Teixosense, tendo por objetivo apoiar as atividades previstas desenvolver no presente ano, de acordo com a candidatura apresentada ao PRODER, Subprograma 3, Ação 3.2.1 – “Conservação e Valorização do Património Rural”, através da atribuição de uma participação no valor de 15.000,00 €.

b) Minuta de Protocolo de Apoio entre a Podium Events, S.A e o Município da Covilhã – Volta a Portugal em Bicicleta - 2015

Presente minuta de protocolo de apoio a celebrar entre a Podium Events, S.A. e o Município da Covilhã, nos termos do disposto nas alíneas o) e u), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL, no montante de 7.500,00 €, tendo por contrapartidas promocionais, as previstas na cláusula segunda do citado protocolo de apoio, respeitante à realização da prova de ciclismo “Volta a Portugal em Bicicleta - 2015”, Meta Volante na cidade da Covilhã, que se realizará entre os dias 29 de julho e 9 de agosto.

O Senhor Vereador Joaquim Matias felicitou quem fez as negociações necessárias para que a Volta a Portugal em Bicicleta volte a passar na cidade da Covilhã, porque os meios de comunicação social vão “levar a conhecer a cidade, o concelho e a Serra da Estrela por todo o país, por 7.500,00€.”

O Senhor Vice-Presidente afirmou que “o mérito é do todo o executivo e que é nossa intenção, em 2017, no âmbito da Volta a Portugal em Bicicleta, fazermos uma homenagem à Volta a Portugal em Bicicleta, nas Penhas da Saúde.”

A Câmara deliberou aprovar o Protocolo de Apoio a celebrar entre a Podium Events, S.A. e o Município da Covilhã, nos termos do disposto nas alíneas o) e u), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do RJAL, no montante de 7.500,00 €, tendo por contrapartidas promocionais, as previstas na cláusula segunda do citado protocolo de apoio, respeitante à realização da prova de ciclismo “Volta a Portugal em Bicicleta - 2015”, Meta Volante na cidade da Covilhã.

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Ana Margarida Gomes**, residente no Bairro do Cabeço, na habitação social, solicitando colaboração para a criação de um condomínio no mesmo, porque no prédio não é feita qualquer limpeza, nem tem luz e a porta de entrada está a cair, situação que se vem mantendo já há 2 anos.

O Senhor Presidente solicitou aos serviços competentes, que tomassem nota do assunto e se deslocassem ao local para análise e resolução da situação.

- **António Pinto**, que na qualidade de Presidente do CCD S. Vicente de Paulo, de representante do Unidos do Lameirão e do Estrela da Pousadinha, pretendia saber quando lhes são atribuídos subsídios para as suas atividades, pois não percebem como funciona a sua atribuição e quais os critérios para a atribuição dos mesmos, solicitando uma reunião com o Senhor Presidente.

O Senhor Presidente agendou reunião para a próxima quarta-feira, pelas 10:00 H.

- **Carlos Bicho**, em representação do povo do Ourondo, vem saudar a iniciativa da CDU pela iniciativa tomada em relação a esta Freguesia, sobre o pedido de parecer da reorganização do território, recordando os malefícios que o Governo trouxe para esta população e por isso solicitam que o documento que a Câmara irá votar, sobre o assunto, seja votado favoravelmente.

O Senhor Presidente respondeu que a esse propósito, “é posição unanime de todos os eleitos, que nas diferentes forças políticas, nos opusemos à junção das duas Freguesias, mas o imperativo da Lei assim o determinou. A verdade é que nestas Freguesias as posições estão mais estremadas, nomeadamente o Ourondo que se sente mais visada, e pela nossa parte sempre houve a vontade de inverter essa situação, esperando que, o próximo Governo, tenha uma posição diferente sobre esta matéria, para que aqui e na Assembleia Municipal possamos reverter a posição anterior, que é aquela que é consentânea com a vontade das pessoas.”

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 18:00 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em Exercício declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 69.106,65€ (sessenta e nove mil, cento e seis euros e sessenta e cinco cêntimos).

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____